

2.1 Introdução

Tal como ocorreu no primeiro semestre do ano, mesmo diante do cenário de redução na liquidez global, manteve-se a avaliação de baixo risco de liquidez e de elevada resiliência do sistema bancário brasileiro.

Continua o movimento de redução da participação dos ativos líquidos na carteira dos bancos, conforme já havia sido observado em semestres anteriores, em razão da realocação de mais recursos em ativos de crédito na busca por maior rentabilidade. Neste semestre, essa redução intensificou-se por causa da redução no valor de mercado dos TPFs, decorrente da elevação das taxas de juros.

O crescimento do crédito doméstico mais moderado, que havia sido observado no primeiro semestre, manteve-se no segundo. Os bancos públicos e o crédito com recursos direcionados continuaram impulsionando a evolução dos estoques, mas apresentaram desaceleração no crescimento anualizado, principalmente no último trimestre. A inadimplência total do Sistema Financeiro Nacional (SFN) seguiu em declínio em razão de sua redução registrada nos bancos privados. Manteve-se a tendência de aumento de participação na carteira de crédito de modalidades de menor inadimplência, principalmente financiamento imobiliário e crédito consignado.

A redução no ritmo de crescimento do resultado com operações de crédito, observada desde meados de 2012, intensificou-se no segundo semestre de 2013, aumentando a pressão sobre a rentabilidade do sistema bancário. Para amenizar esse efeito, os bancos continuaram empreendendo esforços na contenção de despesas administrativas e na ampliação da venda de serviços. Além disso, o resultado foi favorecido por eventos não recorrentes, de forma que o lucro líquido (LL) avançou levemente, mas o retorno sobre o patrimônio líquido (RSPL) manteve-se estável.

A solvência do sistema bancário permanece em patamar elevado, apresentando estabilidade ao longo do segundo semestre de 2013. Em outubro, entraram em vigor as normas conhecidas como Basileia III, que adaptam o arcabouço regulatório nacional às recomendações mais rígidas do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, resultantes dos riscos identificados na crise financeira internacional de 2007/2008. As mudanças, que objetivam reduzir a probabilidade e a severidade de eventuais crises bancárias e seus potenciais reflexos sobre a economia real, são progressivas e seus efeitos serão integrais em 2019, em linha com o cronograma internacionalmente acordado. O arcabouço regulamentar brasileiro foi avaliado pelo *Bank for International Settlements* (BIS), que concluiu, em dezembro de 2013, pela plena aderência aos padrões internacionais.

Nas simulações de situações de estresse, o sistema bancário brasileiro apresentou adequada capacidade de suportar efeitos de choques decorrentes: de cenários macroeconômicos adversos; de mudanças abruptas nas taxas de juros, de câmbio ou de inadimplência; ou de queda generalizada nos preços dos imóveis residenciais.

Destaca-se que, para efeito deste capítulo, o sistema bancário é integrado pelas instituições banco comercial, banco múltiplo, caixa econômica e banco de investimento, e pelos conglomerados financeiros compostos ao menos por uma das instituições anteriores. Os bancos de desenvolvimento não estão incluídos nas análises, exceto na seção 2.3 – Crédito, na qual as análises envolvem todo o SFN.

2.2 Liquidez

O risco de liquidez no sistema bancário brasileiro continua baixo, mas apresentou pequeno aumento no período. Assim como no primeiro semestre, houve

redução no valor de mercado dos TPFs, em razão da elevação da curva de juros, além de realocação de ativos em busca de maior rentabilidade. Mesmo o aumento nas captações, que foi superior ao crescimento do crédito no semestre, mostrou-se insuficiente para evitar a redução na liquidez.

O índice de liquidez (IL)²⁵ do sistema continua em patamar confortável, mas reduziu de 1,63 para 1,52, por conta da diminuição dos ativos líquidos²⁶ concomitantemente ao aumento do fluxo de caixa estressado (gráfico 2.2.1).

Gráfico 2.2.1 – Índice de liquidez

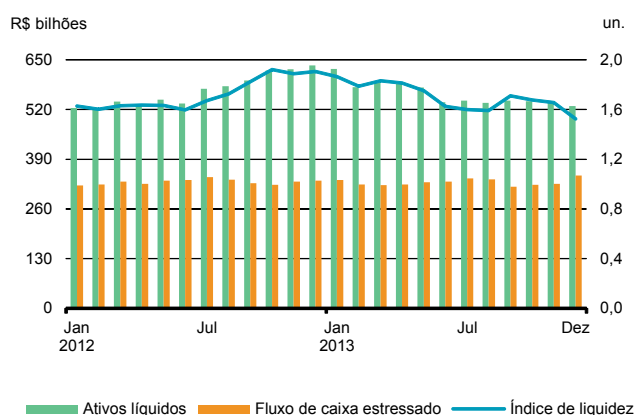
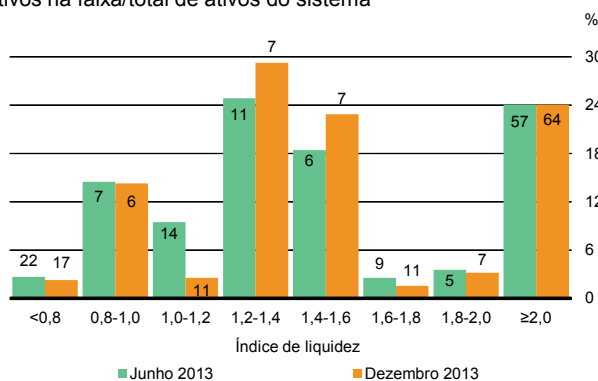


Gráfico 2.2.2 – Distribuição de frequência para o índice de liquidez^{1/}

Ativos na faixa/total de ativos do sistema



1/ Os valores sobre as barras referem-se ao número de instituições financeiras com índice de liquidez pertencente àquele intervalo.

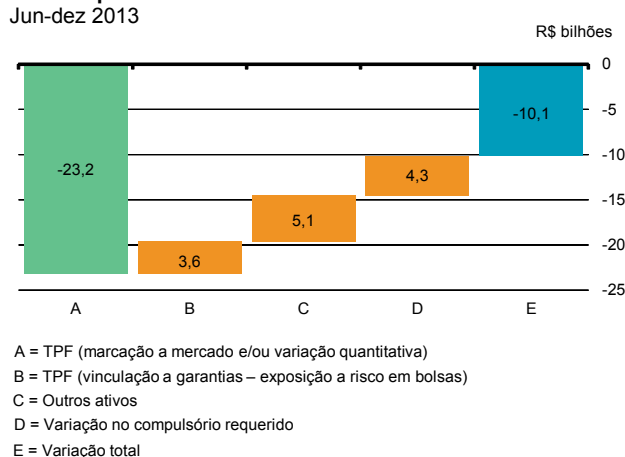
25/ O IL relaciona o volume de recursos líquidos disponíveis para a instituição com o fluxo de desembolso dos trinta dias (21 dias úteis) subsequentes em cenário de estresse. O fluxo de caixa estressado simula desembolsos em padrões bem acima dos esperados, tendo por parâmetro o histórico de crises passadas. Instituições com IL superior a 1,0 (100%) possuem ativos líquidos suficientes para suportar esse cenário de estresse. Como a metodologia simula um cenário de trinta dias em que os ativos líquidos teriam de ser convertidos em dinheiro, eles são marcados a mercado e/ou sofrem ponderação que simula redução de preço no caso de venda forçada. Essa métrica de liquidez tem por base os mesmos conceitos subjacentes ao *Liquidity Coverage Ratio* (LCR), índice introduzido por Basileia III. O LCR tem sua implementação prevista a partir de janeiro de 2015.

26/ Para definição de ativos líquidos e de fluxo de caixa estressado, vide “Conceitos e Metodologias”, itens f e g.

O baixo risco de liquidez do sistema também é refletido na melhora da distribuição de frequência do IL individual, com aumento de 109 para 113 do número de instituições financeiras (IFs) com IL acima ou muito próximo a um, além de manutenção em 97% da representatividade em termos de ativos (gráfico 2.2.2).

Os ativos líquidos continuaram a ser impactados negativamente pela queda no valor de mercado dos TPFs, provocada pelo movimento de elevação da estrutura a termo da taxa de juros. A adesão de bancos ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis),²⁷ que provocou saídas de caixa, também colaborou para a redução nos ativos líquidos. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela redução na volatilidade das taxas de juros, que liberou títulos vinculados a garantias para cobrir exposição a risco em bolsas, e pelo crescimento das captações, com o uso de instrumentos que não sofrem incidência de compulsório (gráfico 2.2.3).

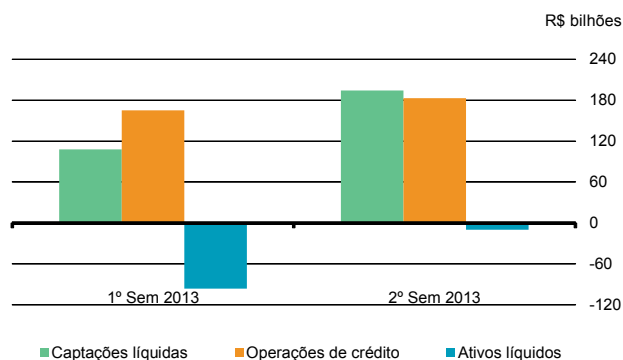
Gráfico 2.2.3 – Variação dos componentes dos ativos líquidos



Observa-se que o crescimento no estoque de captações do sistema bancário foi superior ao aumento das operações de crédito (gráfico 2.2.4). Porém, essa diferença mostrou-se insuficiente para evitar a queda nos ativos líquidos totais do sistema.

27/ Refis é uma denominação genérica adotada para programas de parcelamento e refinanciamento de débitos tributários. No caso dos bancos, trata-se do parcelamento de débitos do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), instituído pelo artigo 39 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013. Por meio da Medida Provisória (MP) nº 627, de 11 de novembro de 2013, o governo federal aumentou os benefícios do programa, estimulando a adesão pelas instituições financeiras e seguradoras. O prazo para adesão encerrou-se em 29 de novembro de 2013.

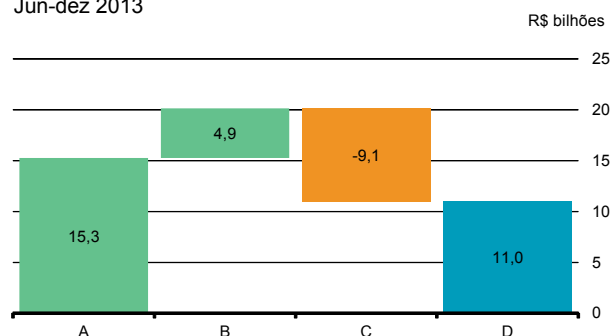
Gráfico 2.2.4 – Variação do estoque de ativos líquidos, operações de crédito e captações^{1/}



1/ Líquidas de compulsório.

Maior captação resultou em elevação na estimativa de resgates em cenário de estresse, o que colaborou para a queda do IL. Esse movimento foi atenuado pela queda na estimativa de perdas por estresse de mercado, decorrente da redução na volatilidade das taxas de juros ao final do semestre (gráfico 2.2.5).

Gráfico 2.2.5 – Variação dos componentes do fluxo de caixa estressado Jun-dez 2013



A = Estimativa de resgate de depósitos em situação de estresse
B = Fluxo contratado
C = Estimativa de perdas por estresse de mercado
D = Variação total

O estoque de captações atingiu R\$3.418 bilhões no final de 2013 (gráfico 2.2.6), representando um avanço de 8,0%, ante 5,3%, no semestre anterior. A evolução recente foi associada, entre outros fatores, à migração de recursos antes direcionados aos fundos de investimento, que tiveram resgates líquidos de aproximadamente R\$36 bilhões no período (gráfico 2.2.7).

Houve aumento significativo nas captações com títulos (notadamente Letras de Crédito Imobiliário [LCI] e Letras de Crédito do Agronegócio [LCA]), de depósitos de poupança, com empréstimos e repasses e com operações compromissadas utilizando títulos privados. Por outro lado, observou-se redução no estoque de depósitos a prazo e baixo crescimento das captações com base em

instrumentos híbridos de capital e dívida (IHCD) e de Letras Financeiras Subordinadas (LFS) (gráfico 2.2.8).

Gráfico 2.2.6 – Perfil das captações

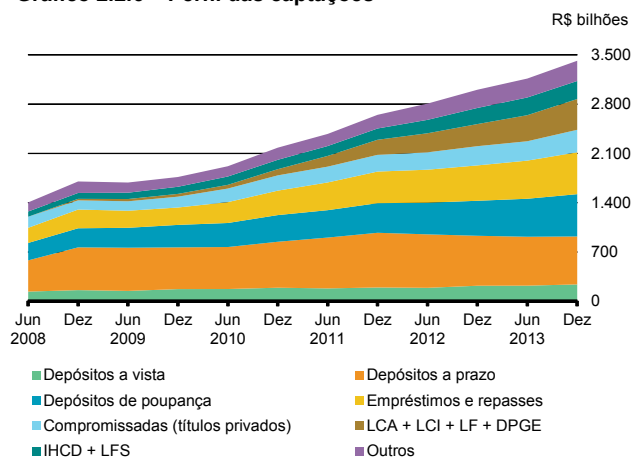
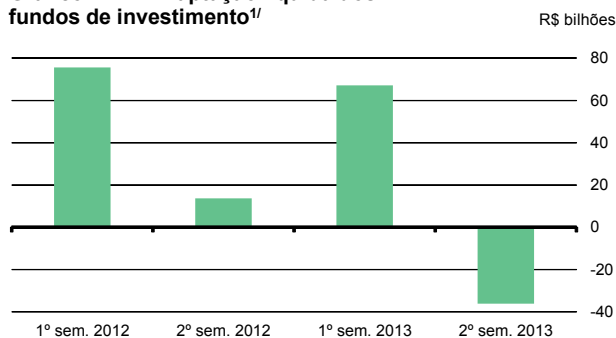
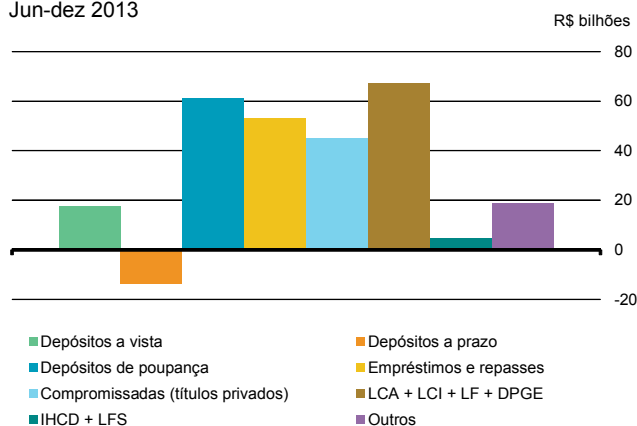


Gráfico 2.2.7 – Captação líquida dos fundos de investimento^{1/}



1/ Fonte: Anbima

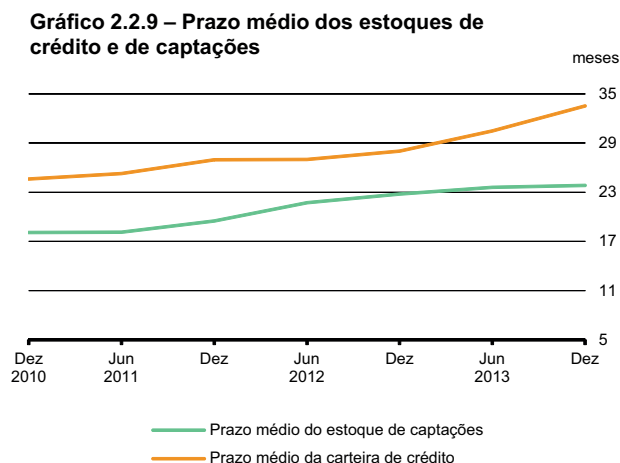
Gráfico 2.2.8 – Variação do estoque de captações Jun-dez 2013



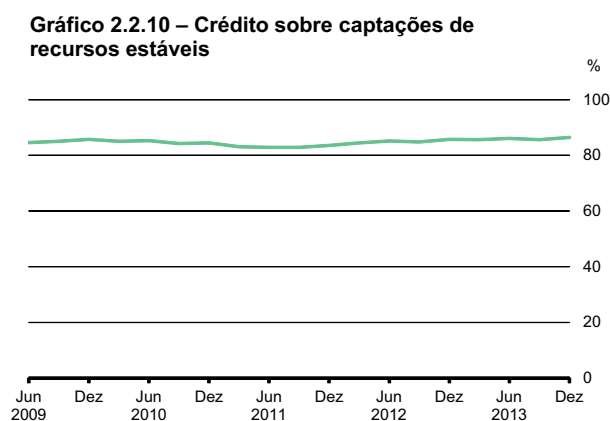
Essa alteração de perfil de captações tende a perdurar, com a utilização de instrumentos de menor custo efetivo, associados a isenções de compulsório, de contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC) ou de tributos.

O crescimento de créditos longos, como os financiamentos imobiliários, provocou aumento maior no prazo médio

das operações de crédito *vis-à-vis* o prazo médio do estoque de captações (gráfico 2.2.9).²⁸



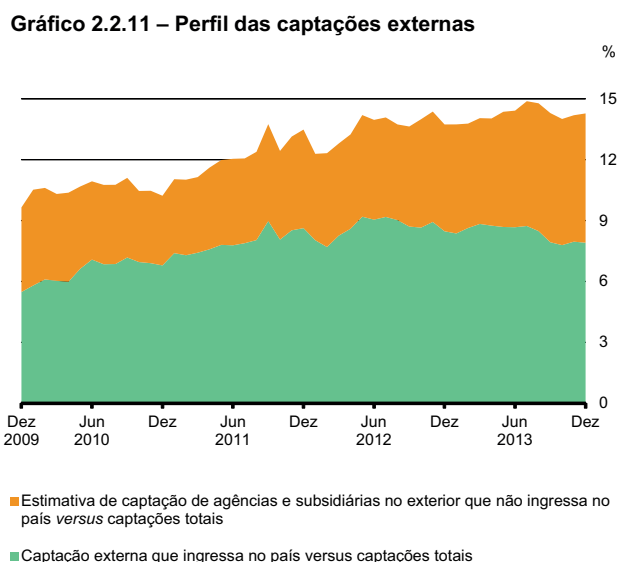
A mudança de perfil das captações tem mantido suas características de estabilidade,²⁹ pois ganham relevância instrumentos com características de depósito, considerados estáveis e/ou com cobertura do FGC. Nesse sentido, é fundamental a adaptação da mensuração do tradicional *loan-to-deposit* (LTD) para evitar percepções equivocadas sobre o risco de liquidez do sistema bancário brasileiro. Com esses ajustes, as operações de crédito têm representado cerca de 86% dos depósitos e das outras captações com as mesmas características de estabilidade (gráfico 2.2.10), o que demonstra que o crescimento da carteira de crédito é compatível com a evolução do *funding* de boa qualidade.



28/ Foram computados os prazos médios das prestações vincendas da carteira de crédito e dos resgates das captações, ambos ponderados pelos respectivos fluxos.

29/ São definidos como recursos estáveis aqueles captados de aplicadores de varejo. Entre os recursos aplicados por detentores institucionais, também são considerados como estáveis os montantes captados em instrumentos com prazo de resgate maior que um ano. Essa métrica foi adaptada do conceito do *Financial Soundness Indicator* FSI I22, preconizado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Para detalhes da definição, *vide* “Conceitos e Metodologias”, letra a.

A dependência das instituições financeiras relativa a captações externas para suportar as operações no país continuou caindo no período em virtude da liquidação de passivos em moeda estrangeira que representam internalização de recursos³⁰. Os recursos captados no exterior e mantidos para operações fora do país³¹ continuam com tendência de crescimento, em linha com o processo de internacionalização dos bancos brasileiros (gráfico 2.2.11).



Em suma, o IL voltou a apresentar pequena queda, mas continua em patamar confortável, refletindo a elevada liquidez do sistema. Os ativos líquidos reduziram-se diante da continuidade do cenário desfavorável para a precificação dos TPFs e de saídas de caixa. O aumento nas captações, mesmo superior ao crescimento do crédito, não foi suficiente para repor os ativos líquidos e ainda elevou as estimativas de resgates em cenário de estresse, o que colaborou para a queda do IL.

Quanto ao crescimento das captações, mantém-se o aumento de participação de empréstimos e repasses, de títulos e de poupança, o que é benéfico no sentido de amenizar a elevação dos custos e para a estabilidade das captações. Acrescenta-se que a menor dependência das operações domésticas em relação ao *funding* externo é um aspecto positivo no cenário de redução da liquidez global.

30/ Estimativa de captações externas que ingressam no país com base em demonstrativos individuais de instituições financeiras no país.

31/ Estimativa de captações externas que não ingressam no país são captações externas de agências e subsidiárias no exterior, pertencentes a conglomerados bancários com sede no Brasil, que são mantidas nas localidades das respectivas agências e subsidiárias.

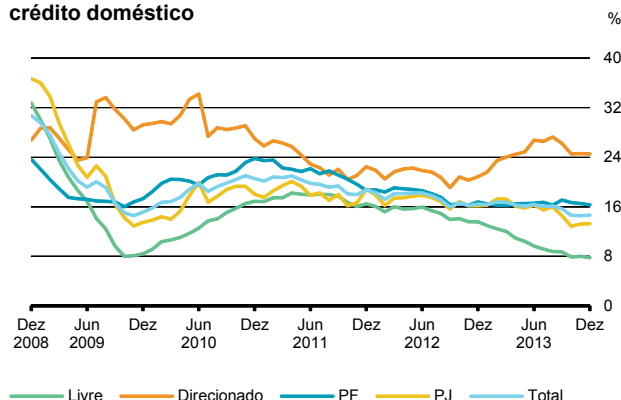
2.3 Crédito

O crescimento do crédito doméstico mais moderado, que havia sido observado no primeiro semestre, manteve-se no segundo. Os bancos públicos e o crédito com recursos direcionados continuaram impulsionando a evolução dos estoques, mas apresentaram desaceleração no crescimento anualizado, principalmente no último trimestre. A inadimplência permaneceu estável nos bancos públicos e reduziu-se nos bancos privados, porém com queda na inadimplência total do SFN. Manteve-se a tendência de aumento de participação na carteira de crédito de modalidades que apresentam menor inadimplência, principalmente financiamento imobiliário e crédito consignado.

O estoque de operações de crédito doméstico do SFN atingiu R\$2,7 trilhões em dezembro de 2013, com expansão de 7,3% no semestre e de 14,6% em doze meses. Esse valor atingiu 56,5% do PIB, ante 55,0% ao final do semestre anterior e 53,9% em dezembro de 2012, continuando, assim, a desaceleração no ritmo de crescimento iniciada em 2011 (gráfico 2.3.1).

O crescimento do crédito direcionado mostrou desaceleração nos últimos seis meses (gráfico 2.3.1³²). Porém, ainda persistiu grande diferença entre sua velocidade de crescimento e a do crédito livre. Enquanto o primeiro cresceu 24,5% no ano de 2013 e 11,1% no segundo semestre, o segundo cresceu, respectivamente, 7,8% e 4,4%. Assim, o crédito direcionado continuou aumentando sua participação no total, passando a 44,4% em dezembro de 2013, ante 42,9% em junho de 2013.

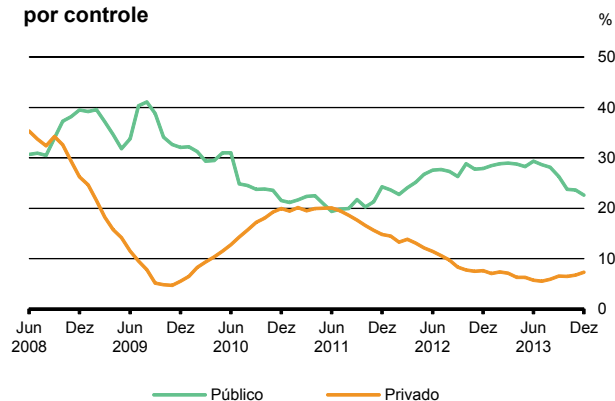
Gráfico 2.3.1 – Crescimento anual da carteira de crédito doméstico



32/ Nesse gráfico, crédito direcionado ou livre e crédito pessoa física (PF) ou pessoa jurídica (PJ) são perspectivas diferentes sobre a carteira de crédito doméstico do SFN: Livre + Direcionado = Total ; PF + PJ = Total.

Os bancos públicos continuaram impulsionando o crescimento do crédito, mas diminuíram o ritmo no segundo semestre de 2013, passando de um crescimento anualizado de 29,3% em junho de 2013 para 22,6% em dezembro de 2013. De sua parte, os privados apresentaram uma retomada, passando de 5,7% a 7,3%, na mesma base de comparação (gráfico 2.3.2).

Gráfico 2.3.2 – Crescimento anual do crédito por controle

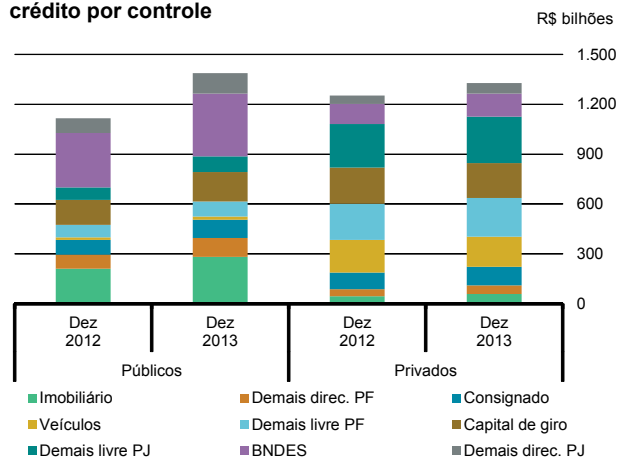


A continuidade da postura mais restritiva dos bancos privados no ano de 2013, principalmente nas operações com inadimplência mais elevada, tem alterado o perfil de suas carteiras de crédito (gráfico 2.3.3), com perda de relevância, principalmente, do financiamento de veículos PF³³ e do capital de giro. Por outro lado, houve aumento da participação do financiamento imobiliário para pessoa física, empréstimos consignados e de operações para pessoas jurídicas com recursos direcionados, modalidades com menor nível de inadimplência. No caso específico do financiamento imobiliário, cabe destacar que os bancos privados apresentaram taxa de crescimento de 31,5% no ano, próxima à dos bancos públicos, com 34,2%. O crédito consignado também apresentou variação significativa nos bancos privados nacionais, de 15,5% no ano, ainda que abaixo dos bancos públicos, que encerraram o ano com crescimento de 24,2% na modalidade.

O crescimento significativo do financiamento imobiliário nos bancos públicos resultou no aumento de sua representatividade de 18,8% para 20,3% da carteira dessas instituições. Na direção oposta, houve diminuição da participação de operações com recursos do sistema BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social –, tanto diretamente quanto por repasses, de 29,2% para 27,2% (gráfico 2.3.3).

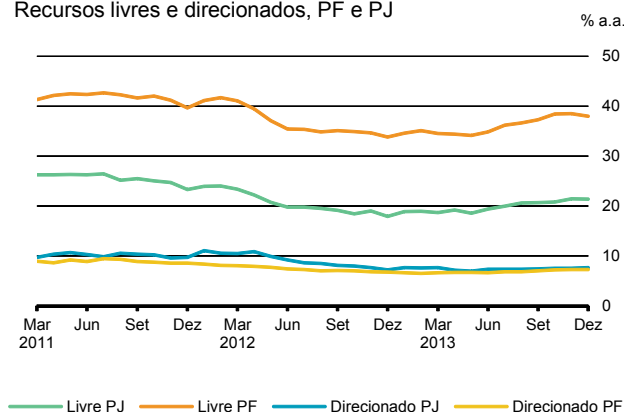
33/ Incluindo os créditos diretos ao consumidor (CDCs) e os arrendamentos financeiros.

Gráfico 2.3.3 – Composição da carteira de crédito por controle



As taxas de juros cobradas pelas instituições se elevaram no semestre, tanto para o crédito livre, quanto para o crédito direcionado (gráfico 2.3.4), reflexo da continuidade dos aumentos da taxa Selic.³⁴ A taxa média anualizada do crédito livre à pessoa física apresentou o maior crescimento no semestre, 3,2 p.p., mesmo apresentando uma ligeira reversão em dezembro. Esse aumento foi observado de forma generalizada em todas as modalidades, exceto no empréstimo pessoal consignado para trabalhadores do setor público e no crédito pessoal não consignado vinculado à renegociação de dívidas. No crédito livre à pessoa jurídica, a variação na taxa de juros foi menor, de 2,0 p.p., influenciada principalmente pela modalidade capital de giro. No crédito direcionado, a elevação foi de 0,6 p.p. para pessoa física e de 0,3 p.p. para pessoa jurídica, sendo as maiores variações nas operações com taxas não reguladas, referentes a financiamentos rurais e imobiliários.

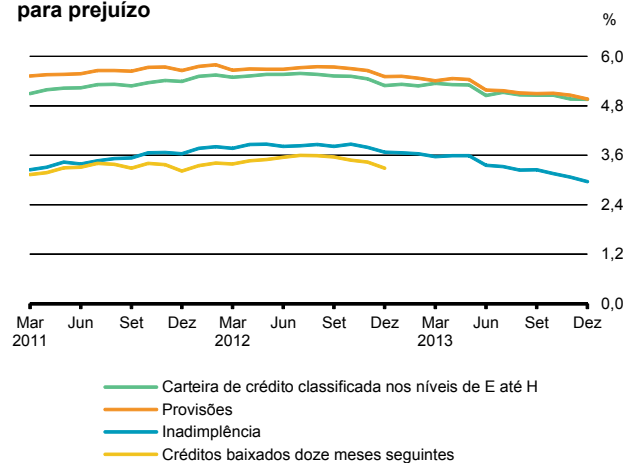
Gráfico 2.3.4 – Evolução das taxas de juros
Recursos livres e direcionados, PF e PJ



34/ No primeiro semestre de 2013, a taxa Selic variou de 7,25% para 8,00%; no segundo semestre, variou de 8,00% para 10,00%.

Continuou a tendência de redução da inadimplência na carteira de crédito total, alcançando 3,0% em dezembro de 2013, ante 3,4% em junho de 2013, em razão principalmente da redução da inadimplência na carteira dos bancos privados, já que a inadimplência nos bancos públicos, que é mais baixa, caiu apenas 0,1% no semestre e ficou estável no ano. A redução da inadimplência influenciou a leve melhora do índice de cobertura,³⁵ que passou para 1,7 em dezembro de 2013, contra 1,6 em junho de 2013. A comparação entre as provisões constituídas e os créditos baixados para prejuízo nos doze meses seguintes, ou ainda com o total da carteira de maior risco (classificada nos níveis E a H), indica a manutenção da suficiência das provisões constituídas (gráfico 2.3.5).

Gráfico 2.3.5 – Inadimplência, provisões e baixas para prejuízo



O saldo da carteira doméstica PF aumentou 8,0% no semestre e 16,3% no ano, alcançando R\$1,25 trilhão em dezembro de 2013 (gráfico 2.3.1). Financiamento imobiliário permaneceu como a principal modalidade a determinar o ritmo de crescimento do crédito à pessoa física no ano de 2013, seguido por crédito rural e empréstimos com consignação em folha de pagamento. Já financiamento de veículos continuou em desaceleração, e empréstimos sem consignação, cheque especial e empréstimo rotativo de cartão de crédito apresentaram crescimentos modestos.

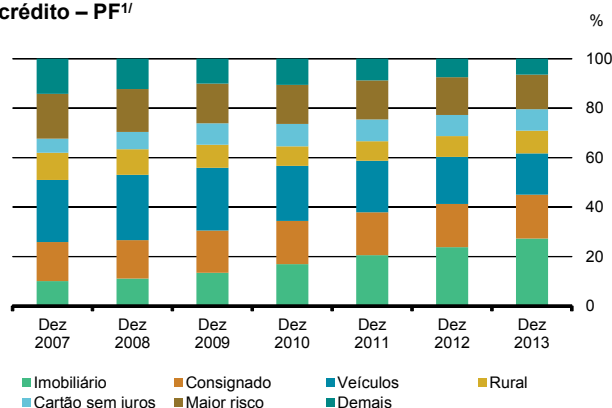
O financiamento imobiliário³⁶ respondeu individualmente com a maior participação no crédito total à pessoa física,

35/ O índice de cobertura mede a razão entre a provisão contabilizada e o saldo total das operações vencidas há mais de noventa dias.

36/ Financiamentos imobiliários: todas as operações feitas com recursos direcionados a partir dos depósitos de poupança e do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), destinados à construção e aquisição de residências, aquisição de material para construção de residências e demais finalidades definidas na regulamentação pertinente. Os financiamentos para aquisição de imóveis residenciais respondiam por 95,7% dos financiamentos imobiliários em dezembro de 2013, percentual que tem se mantido praticamente estável nos últimos dois anos.

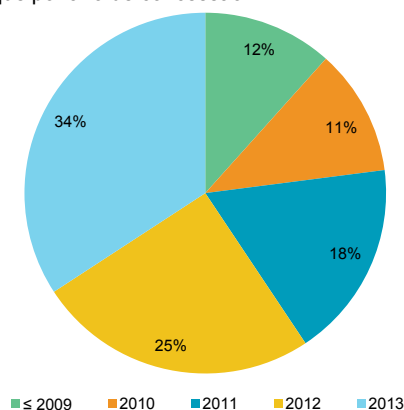
com 27,3% de representatividade em dezembro de 2013, e continuou apresentando taxas de crescimento elevadas: a variação foi de 14,4% no semestre e de 33,7% em doze meses. Uma consequência do forte crescimento dos últimos anos é que 77% do estoque de dezembro de 2013 compõem-se de operações concedidas entre 2011 e 2013 (gráfico 2.3.7). A elevada proporção de operações com concessão recente, portanto em início de amortização, conjugada à tendência observada de alta mais moderada nos preços dos imóveis, tende a manter o *loan-to-value* (LTV) médio do estoque por mais tempo em nível próximo ao LTV médio de concessão.³⁷

Gráfico 2.3.6 – Composição da carteira de crédito – PF^{1/}



1/ As modalidades de maior risco são empréstimos sem consignação, cheque especial, crédito rotativo e compras parceladas pelas instituições financeiras (IF) vinculadas a cartão de crédito.

Gráfico 2.3.7 – Financiamento imobiliário – PF % no estoque por ano de concessão



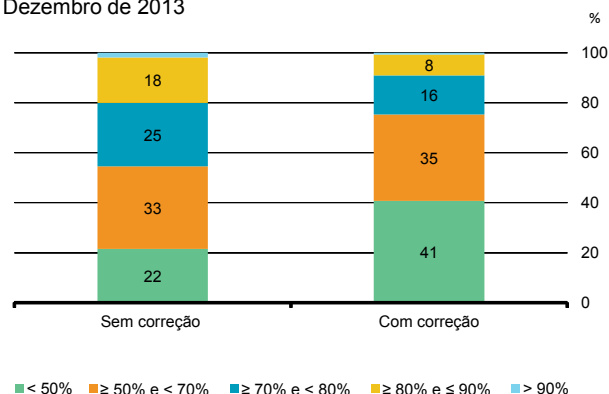
O LTV médio de concessão dos financiamentos imobiliários teve leve redução no semestre, ficando em 70,1% em dezembro de 2013, ante 71,0% em junho de

37/ O LTV refere-se ao percentual financiado em relação ao valor do imóvel. É calculado com base nas informações sobre garantias que constam no Sistema de Informações de Crédito do BCB (SCR) e levando em conta operações concedidas em cada data-base. Os LTV apresentados foram ponderados pelo valor da dívida de cada contrato.

2013. Analisando-se o LTV médio de estoque, ou seja, o saldo devedor atual como proporção do valor da garantia na concessão da operação, essa relação fica em 66,3% em dezembro de 2013. Uma análise mais precisa consideraria a valorização dos imóveis a partir da data de concessão do crédito.³⁸ Por essa metodologia, o LTV médio do estoque com correção das garantias ficaria em 54,8% em dezembro de 2013, o que revela um confortável grau de segurança, mesmo se considerando o peso expressivo das safras mais novas.

Abrindo essa informação por faixa de LTV (gráfico 2.3.8), constata-se que a proporção de financiamentos com saldo devedor superior a 80% do valor do imóvel cairia de 20% da carteira, sem a correção, para apenas 9%, com a correção. *Loan-to-value* menor torna a operação mais segura para a IF, porque, sob a ótica do mutuário, maior será seu patrimônio líquido quanto menor o valor da dívida em relação ao valor do bem, desestimulando a inadimplência. Sob a ótica da IF, melhora a relação dos valores da garantia e do crédito.

Gráfico 2.3.8 – LTV de estoque Dezembro de 2013



Além da relação confortável no LTV, os financiamentos imobiliários no Brasil possuem outras características mitigadoras de risco,³⁹ como a alienação fiduciária e a aplicação disseminada do sistema de amortização constante, que diminuem o risco de crédito.

Não obstante esse cenário, o BCB tem adotado medidas a fim de garantir o crescimento sustentável dessa modalidade. Nesse contexto, foi editada a Resolução nº 4.721, de 30

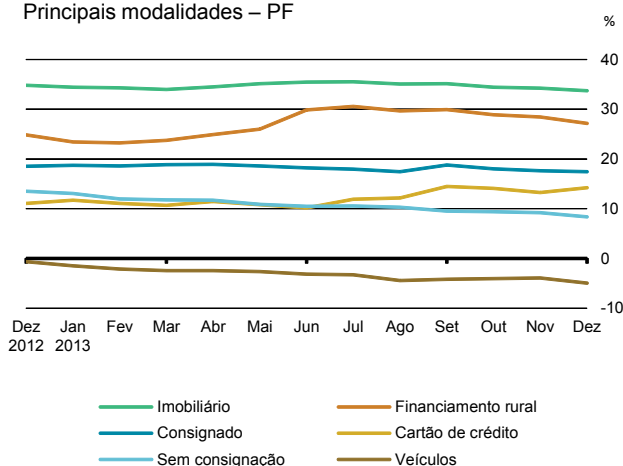
38/ Utilizou-se o índice médio do Índice de Valores de Garantia de Imóveis Residenciais Financiados (IVG-R) para fazer as correções dos imóveis dados em garantia. Atualizaram-se as garantias até outubro de 2013, que era o último IVG-R disponível. Já o valor das dívidas de cada contrato foi o de dezembro de 2013.

39/ Descrição mais detalhada dessas características é apresentada no Relatório de Estabilidade Financeira (REF) publicado em setembro de 2013, disponível no sítio do BCB.

de setembro de 2013, que trata dos critérios de concessão de financiamento imobiliário⁴⁰ e, entre outras medidas, estabeleceu limites máximos para o LTV de operações enquadradas no Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

O crédito rural à pessoa física, por sua vez, cresceu 13,5% no período e 27,2% em doze meses. Esse desempenho foi influenciado, pelo lado da demanda, pelo desempenho do setor agropecuário no Brasil⁴¹ e, pelo lado da oferta, pelo aumento do percentual dos depósitos a vista destinados à aplicação no financiamento rural e pelo aumento dos depósitos de poupança rural e das captações com base em LCAs⁴².

Gráfico 2.3.9 – Crescimento anual do crédito
Principais modalidades – PF



Por fim, os empréstimos consignados foram outra modalidade que contribuiu de modo relevante para o crescimento do crédito doméstico à pessoa física, com variação de 5,9% no segundo semestre e de 17,5% no ano. Ressalte-se que 61,8% dessas operações são realizadas com funcionários públicos e 30,1% com aposentados e pensionistas, categorias com menor inadimplência, pela maior estabilidade de suas fontes de renda, comparativamente aos funcionários da iniciativa privada.

Por outro lado, as modalidades de crédito que apresentam maior inadimplência, mais concentradas nos bancos privados, tiveram menor crescimento. Empréstimos sem consignação, com leve desaceleração, cresceram 2,2% no semestre e 8,3% em doze meses. Cheque especial variou -1,3% e 10,5%, nas mesmas bases de comparação, enquanto empréstimos rotativos vinculados a cartão de crédito variaram, respectivamente, -3,2% e 4,7%. Trata-se de indicativo claro de menor apetite das instituições financeiras privadas por modalidades de maior inadimplência.

Também apresentou baixo crescimento a carteira de financiamento de veículos,⁴³ que se reduziu 2,5% no semestre e 4,9% nos últimos doze meses. O decréscimo dessa carteira tem sido a tendência desde o final de 2012, reflexo de postura mais restritiva na concessão de crédito por parte dos bancos, em razão de perdas observadas nos anos de 2011 e 2012. Um dos reflexos dessa política de crédito foi a redução do LTV médio de concessão, que estava em 85% ao final de 2010 e desde junho de 2012 tem ficado próximo dos 70%.

A análise das modalidades de operação com cartão de crédito revela o perfil de sua utilização pelas famílias no pagamento e no financiamento de compras de bens e serviços. Em 2013, a modalidade compra a vista⁴⁴ foi a que apresentou o maior crescimento no estoque de operações, 17,3%, enquanto as operações de rotativo e parcelado evoluíram 4,7% e 8,1%, respectivamente. Observa-se, assim, um uso mais parcimonioso do cartão de crédito, com maior utilização como meio de pagamento, a vista ou parcelado sem juros, e menor utilização como meio de financiamento bancário com incidência de juros.

A inadimplência da carteira de pessoa física continuou tendência de queda dos dois semestres anteriores, atingindo 4,4% em dezembro de 2013, ante 5,0% em junho de 2013. Essa tendência foi influenciada principalmente pela redução da inadimplência em modalidades relevantes, como financiamento de veículos e empréstimos sem consignação, processo em curso há alguns semestres (gráfico 2.3.10). Analisando um horizonte mais longo, o aumento da participação de financiamentos imobiliários, modalidade de baixa inadimplência, tem colaborado na redução da inadimplência total de pessoa física.

40/ Para maiores detalhes sobre essa resolução, ver o capítulo 5 – Regulação do Sistema Financeiro Nacional.

41/ O PIB do setor agropecuário cresceu 7,0% no ano de 2013, ante 2,0% do setor de serviços e 1,3% da indústria.

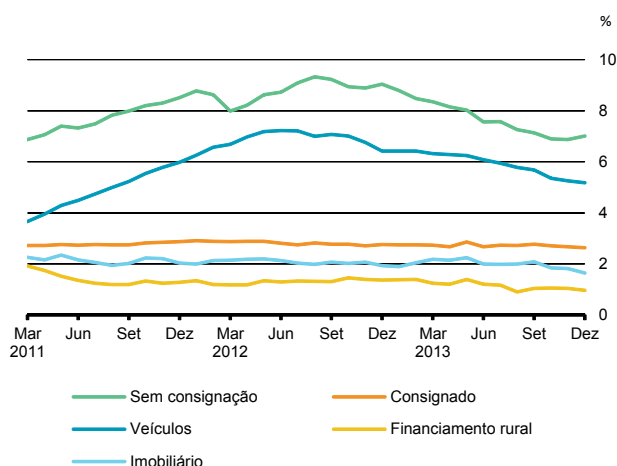
42/ O aumento da alíquota dos recursos a vista para aplicação em crédito rural aconteceu em 2012 e passou de 28% para 34%. Além disso, a Caixa Econômica Federal (CEF), que não estava obrigada a aplicar na modalidade, passou a fazê-lo com alíquota inicial de 6% dos recursos a vista. Outra fonte que elevou a oferta dos recursos para o crédito rural adveio da poupança. O saldo total da caderneta de poupança rural aumentou 20,4% em 2012 e 21,8% em 2013. Por captarem poupança rural, Banco do Brasil, Banco da Amazônia (Basa), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banrisul, Bancoob e Bansicredi estão sujeitos ao direcionamento de recursos da poupança para o crédito rural.

43/ Inclui CDC e arrendamentos financeiros.

44/ Operações a vista ou parceladas pelos lojistas, ambas sem incidência de juros.

Uma vez que os bancos públicos mantiveram seu baixo nível de inadimplência em relativa estabilidade, observa-se que a queda da inadimplência deu-se pela sua redução nos bancos privados, influenciada por dois fatores: o ganho de participação de modalidades de menor risco na carteira dessas instituições, como financiamento imobiliário e crédito consignado, e a redução da inadimplência em modalidades de maior risco nas quais os bancos privados têm atuação mais relevante, como financiamento de veículos, cartões e crédito pessoal.

Gráfico 2.3.10 – Inadimplência de PF por modalidade



Outro ponto relevante na avaliação do crédito à pessoa física se refere ao endividamento das famílias com dívidas bancárias e o respectivo comprometimento de renda. O endividamento das famílias teve leve aumento no segundo semestre de 2013, atingindo 45,5% em dezembro de 2013. É importante destacar que esse aumento está associado apenas à maior participação do financiamento imobiliário, pois o endividamento nas demais modalidades tem apresentado leve redução (gráfico 2.3.11). O indicador de endividamento⁴⁵ é obtido dividindo-se a dívida das famílias pela Massa Salarial Ampliada Disponível (MSAD) dos últimos doze meses. O indicador de comprometimento de renda das famílias com dívidas bancárias (CRF) é obtido dividindo-se os desembolsos mensais para pagamento de principal e juros referentes às operações de crédito bancário pela MSAD daquele mês.

Já o comprometimento de renda das famílias com dívidas bancárias apresentou leve redução no último ano, alcançando 21,6% em dezembro de 2013, ante 21,8%

doze meses antes (gráfico 2.3.12). Esse comportamento é explicado por uma melhora no perfil do endividamento, associado ao aumento de participação de modalidades com prazos mais longos e taxas e prestações menores, especialmente financiamento habitacional e crédito consignado. A tendência de melhora no perfil das dívidas é reforçada pelo desempenho de modalidades com taxas de juros elevadas, como o cheque especial e o crédito rotativo de cartão de crédito, que cresceram menos que o aumento da renda.

Gráfico 2.3.11 – Endividamento das famílias

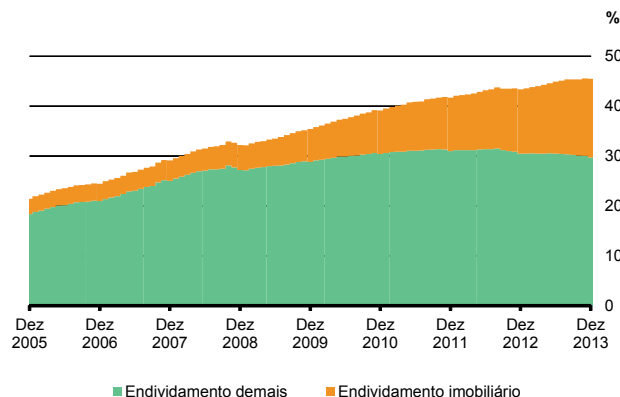
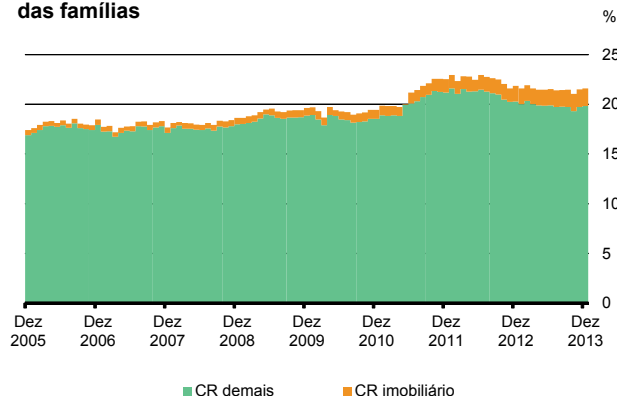


Gráfico 2.3.12 – Comprometimento de renda das famílias

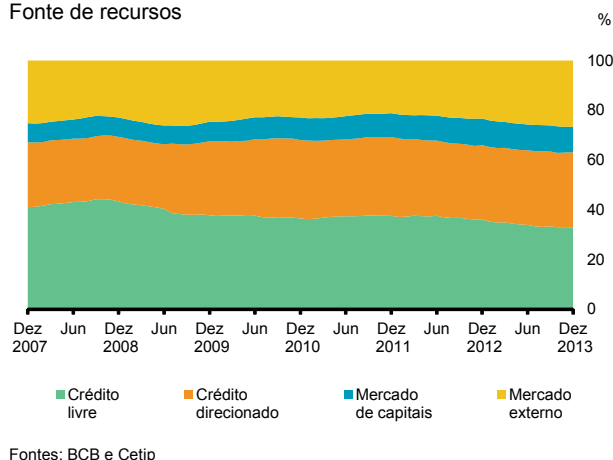


Em relação às pessoas jurídicas, o crédito bancário doméstico continuou perdendo participação no endividamento total, que considera outras fontes de financiamento, como os mercados de capitais e as captações externas. Em dezembro de 2013, o crédito bancário doméstico representava 63,1% do total, em comparação com 66,0% em dezembro de 2012. O mercado de capitais também registrou queda na representatividade como fonte de recursos, porém em menor magnitude, de 10,7% para 10,3% em doze meses. O crédito externo, por outro lado, cresceu a taxas mais expressivas. O estoque em reais de dívidas contraídas por empresas não financeiras no mercado externo, que considera a dívida externa bruta, incluindo empréstimos

45/ Para mais detalhes sobre a metodologia de cálculo do endividamento das famílias e cálculo do CRF, vide boxe "Endividamento e Comprometimento de Renda das Famílias com Dívidas Bancárias: Revisão metodológica", publicado no REF de setembro de 2011.

intercompanhia e desconsiderando as do governo geral, da autoridade monetária e de bancos, aumentou no período, em razão tanto do acesso e contratação de dívidas em moeda estrangeira como da desvalorização do real. Consequentemente, sua participação nas fontes de crédito às pessoas jurídicas aumentou de 23,3% em dezembro de 2012 para 26,6% em dezembro de 2013 (gráfico 2.3.13). Com relação aos empréstimos intercompanhia, a maior variação refere-se aos pagamentos antecipados de exportações, pagáveis em mercadorias. Sem essas operações, o estoque da dívida em dólar norte-americano das empresas não financeiras no mercado externo teria crescido 12,4% no ano, ao invés de 21,7%.

Gráfico 2.3.13 – Participação do endividamento – PJ
Fonte de recursos



No mercado bancário doméstico, o estoque de crédito das pessoas jurídicas registrou desaceleração mais acentuada em comparação com o crédito às pessoas físicas, sobretudo a partir de setembro de 2013 (gráfico 2.3.1). Em dezembro de 2013, a carteira atingiu R\$1,46 trilhão, alta de 6,6% no semestre e de 13,3% no ano. Com isso, a participação relativa das operações de pessoas jurídicas no crédito doméstico total caiu 0,7 p.p. em doze meses, para 53,9% em dezembro de 2013, ante 54,6% em dezembro de 2012 (tabela 2.3.1).

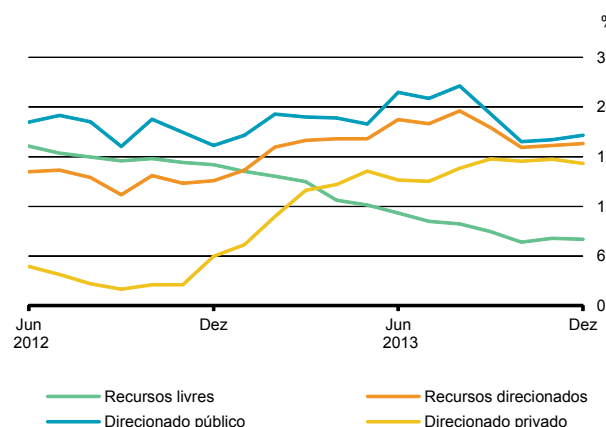
Assim como na carteira de pessoa física, o aumento do crédito às pessoas jurídicas foi impulsionado pelas operações com recursos direcionados, que totalizaram R\$700,9 bilhões em dezembro de 2013, expansão de 8,7% no semestre e de 19,6% no ano. No entanto, os bancos públicos, que vinham ampliando suas carteiras a taxas significativamente superiores às dos privados, desaceleraram no segundo semestre de 2013 e encerraram o ano com crescimento próximo ao dos privados no crédito direcionado, de 20,6% e 17,2% no ano, respectivamente (gráfico 2.3.14).

Tabela 2.3.1 – Composição da carteira de crédito PJ

Modalidades selecionadas	%			
	Participação da modalidade na carteira PJ		Crescimento do estoque; dez. 2013 em relação a:	
	2012	2013	2012	2013
	Dez	Dez	Dez	Jun
Crédito livre	54,7	52,1	8,0	4,8
Capital de giro	28,3	26,5	5,9	3,9
Comércio exterior ^{1/}	7,9	8,3	20,2	8,0
Crédito direcionado	45,3	47,9	19,6	8,7
BNDES direto	19,5	19,2	11,2	5,9
BNDES indireto	15,0	16,0	20,4	10,0
Crédito rural	3,8	4,6	37,6	15,9
Financiamento imobiliário	3,3	3,7	25,2	13,6
Total PJ / (PJ+PF)	54,6	53,9	13,3	6,6

1/ ACC, financiamento de importações e exportações e repasses externos.

Gráfico 2.3.14 – Crescimento anual do crédito – PJ



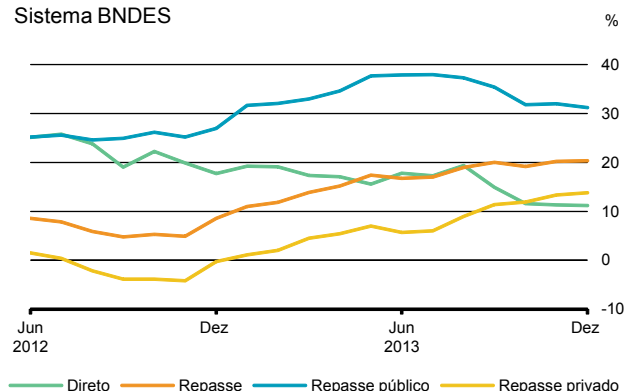
Entre as modalidades à pessoa jurídica com recursos direcionados, o crédito rural e o financiamento imobiliário continuaram crescendo acima da média dessa carteira (37,6% e 25,2%, respectivamente). Não obstante, o sistema BNDES, apesar do ritmo mais moderado de crescimento, seguiu como a fonte mais relevante de financiamento, representando 73,4% do crédito direcionado para as pessoas jurídicas.

No que diz respeito às operações indiretas⁴⁶ do BNDES, merece destaque a diferença de atuação entre os bancos públicos e privados no segundo semestre de 2013. Após forte expansão no primeiro semestre, as instituições estatais reduziram o ritmo de crescimento no segundo semestre de 2013, enquanto as instituições privadas passaram a atuar de forma mais ativa. Ainda assim, a carteira de repasses do BNDES contratada por intermédio

46/ Operações indiretas, também denominadas “repasses”, são aquelas contratadas pelos tomadores por intermédio de instituições financeiras credenciadas, que repassam recursos do banco estatal.

dos bancos públicos aumentou acima da média, 31,2% em doze meses, e encerrou o ano com participação de 41,2% no estoque total das operações de repasses. Já a queda do crescimento no crédito concedido diretamente pelo BNDES foi influenciada por pré-pagamentos realizados no segundo semestre de 2013 (gráfico 2.3.15), uma vez que não houve alteração relevante no ritmo de concessões. Sem esses pré-pagamentos, a alta teria sido de 15,3% no ano.

Gráfico 2.3.15 – Crescimento anual do crédito – PJ Sistema BNDES



Os empréstimos livres a pessoas jurídicas alcançaram R\$763,2 bilhões em dezembro de 2013, variação anual de 8,0% e de 4,8% no semestre. A expansão mais moderada é explicada principalmente pela desaceleração na modalidade capital de giro, que representa mais da metade dessa carteira e cresceu apenas 5,9% no ano. Operando com taxas menores e prazos maiores (gráfico 2.3.16), a carteira de capital de giro dos bancos públicos aumentou 18,3% no ano, ante uma retração de 2,7% nos privados, elevando a participação relativa dos primeiros nessa carteira em 4,8 p.p. no período de doze meses, atingindo 45,7% em dezembro de 2013. Porém, mesmo nos bancos públicos, observa-se uma desaceleração no ritmo de crescimento nessa modalidade em 2013 (gráfico 2.3.17).

Gráfico 2.3.16 – Prazos e taxas médias das concessões Capital de giro

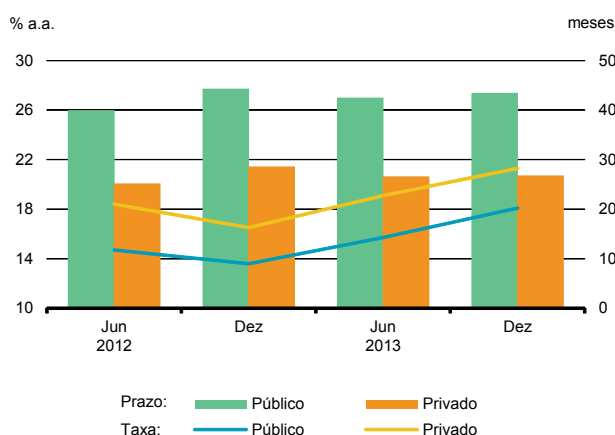
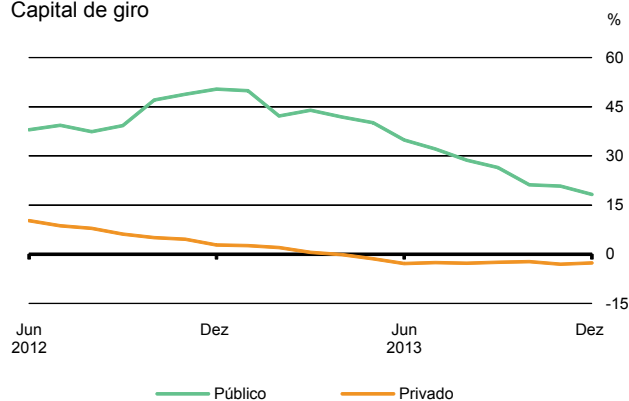


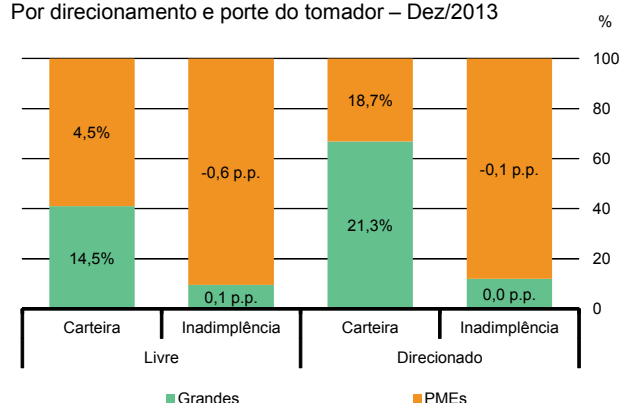
Gráfico 2.3.17 – Crescimento anual do crédito Capital de giro



Em relação à carteira de crédito ao comércio exterior, a variação de 20,2% em 2013 foi influenciada principalmente pela desvalorização cambial. Eliminado esse efeito, a alta teria sido de apenas 4,9% no ano.

Quanto à segmentação de acordo com o porte,⁴⁷ a carteira de crédito das pequenas e médias empresas (PME) continuou registrando taxas mais baixas de crescimento em comparação com as grandes. Assim, a representatividade das PMEs no crédito total à pessoa jurídica caiu para 46,8% em dezembro de 2013, frente a 48,9% no ano anterior. Tal fato é parcialmente explicado pelo crescimento mais acelerado da carteira de crédito com recursos direcionados, na qual as grandes empresas são mais tomadoras, em relação àquela com recursos livres (gráfico 2.3.18). Adicionalmente, as PMEs têm perdido participação também na carteira de recursos livres, representando 59,0% desta, em dezembro de 2013, ante 61,2% doze meses antes.

Gráfico 2.3.18 – Carteira ativa e inadimplência^{1/} Por direcionamento e porte do tomador – Dez/2013



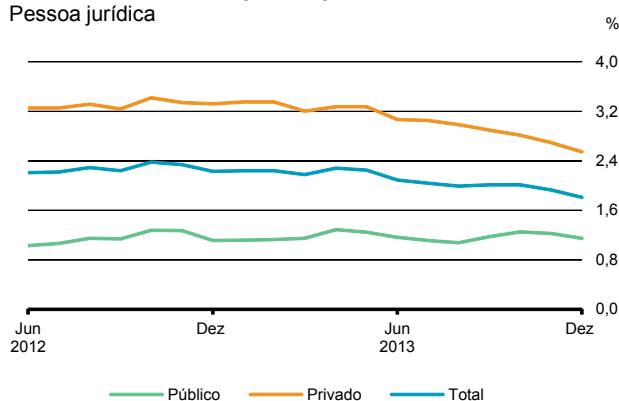
1/ Os valores dentro dos rótulos expressam a variação anual de cada porte na respectiva carteira.

47/ A segregação por porte utilizou como *proxy* o valor devido das operações de crédito doméstico. As PMEs são aquelas cujas dívidas são inferiores a R\$100 milhões, e as grandes, igual ou superior a R\$100 milhões.

Outro fator que contribuiu para a expansão do crédito às empresas de grande porte decorre do fato de que de parte relevante de suas operações está atrelada à moeda estrangeira,⁴⁸ o que, com a valorização do dólar, eleva o saldo em reais. Desconsiderando-se esse efeito nas operações vinculadas à moeda estrangeira, a alta no estoque de crédito de pessoas jurídicas de grande porte teria sido de 15,1%, em vez de 18,4%. Dos 2,1 p.p. que essas empresas ganharam em participação na carteira, 0,6 p.p. se refere ao efeito cambial.

A inadimplência de pessoas jurídicas reduziu-se em 0,3 p.p. no semestre, para 1,8% em dezembro de 2013, menor patamar desde março de 2011. A variação da inadimplência foi influenciada pela redução dos atrasos nos bancos privados, de 3,1% em junho de 2013 para 2,5% em dezembro de 2013, enquanto nos públicos manteve-se estável em 1,2% no período (gráfico 2.3.19).

Gráfico 2.3.19 – Inadimplência por controle
Pessoa jurídica



A redução da inadimplência nos bancos privados decorreu da retração nos atrasos das PMEs, de 4,4% em dezembro de 2012 para 3,5% em dezembro de 2013, tendo como fator principal a baixa para prejuízo de operações vencidas. Já nas instituições financeiras de controle público, o nível de inadimplência das PMEs aumentou em 2013, de 2,8% para 3,0% (gráfico 2.3.20). No entanto, a participação das PMEs na carteira de pessoas jurídicas dos públicos é bem inferior àquela dos privados (33,7% e 61,3%, respectivamente), de forma que a inadimplência das PMEs no SFN caiu de 3,8% para 3,4% em 2013.

A despeito do decréscimo da inadimplência nas PMEs, a provisão média⁴⁹ nesse segmento caiu de forma menos acentuada (gráfico 2.3.21), indicando postura mais

conservadora das instituições financeiras. Nas empresas de grande porte, apesar da inadimplência ter se mantido praticamente estável no período de doze meses, houve apenas leve aumento na provisão média, de 0,2 p.p.

Gráfico 2.3.20 – Inadimplência – PJ
Por porte e controle

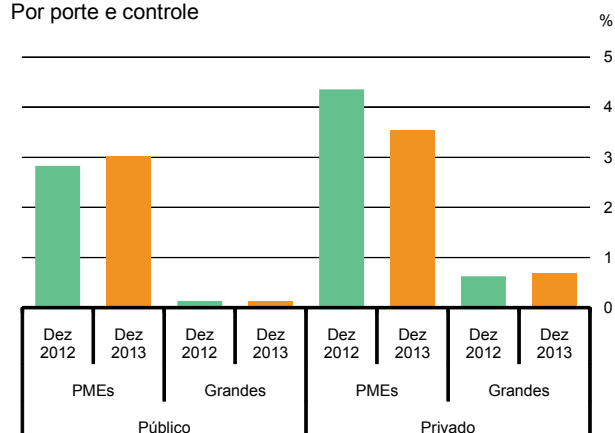
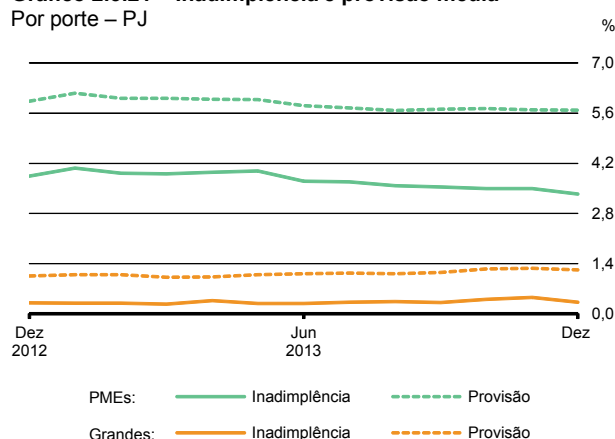


Gráfico 2.3.21 – Inadimplência e provisão média
Por porte – PJ



Sintetizando, o cenário do crédito doméstico manteve as linhas gerais de tendência dos semestres anteriores: crescimento mais moderado, liderado pelos bancos públicos e por recursos direcionados, em especial financiamento habitacional e com menor ênfase nas linhas de crédito ao consumo; continuidade do declínio da inadimplência, tanto das pessoas físicas quanto das pessoas jurídicas, concentrado essencialmente nos bancos privados.

Para o ano de 2014,⁵⁰ as projeções apontam para crescimento do crédito em níveis próximos aos de 2013, mas com maior vigor dos bancos privados e desaceleração dos públicos, mantendo-se a tendência delineada no último trimestre do ano.

48/ Em dezembro de 2013, a representatividade das operações atreladas à moeda estrangeira nas grandes empresas era de 21,9%, contra 4,1% nas PMEs.

49/ Calculada de acordo com a provisão mínima, segundo a Resolução nº 2.682.

50/ De acordo com projeção do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil, o crescimento das operações de crédito no ano de 2014 será de 13%. Na estimativa da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a taxa será de 14,5%.

2.4 Rentabilidade

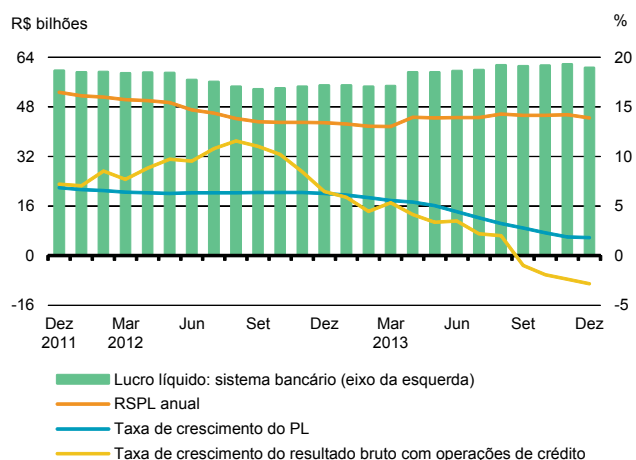
A redução no ritmo de crescimento do resultado com operações de crédito, observada desde meados de 2012, intensificou-se no segundo semestre de 2013, aumentando a pressão sobre a rentabilidade do sistema bancário. Para amenizar esse efeito, os bancos continuaram empreendendo esforços na contenção de despesas administrativas e na ampliação da venda de serviços.

Favorecido por esse estímulo e pelo resultado positivo de eventos não recorrentes, o LL avançou R\$1,0 bilhão e atingiu R\$60,6 bilhões em dezembro de 2013. O patrimônio líquido (PL), por sua vez, cresceu abaixo da sua média histórica, mas proporcionalmente à variação do LL. Dessa forma, o RSPL manteve-se estável em 13,9%, em junho e em dezembro de 2013 (gráfico 2.4.1 e tabela 2.4.1).

Tabela 2.4.1 – Composição do lucro líquido

	Últimos doze meses findos em		Variação nominal
	Jun 2013	Dez 2013	
Resultado de intermediação bruto	250,4	246,6	(3,8)
Desp. prov. p. crédito, liq. reversões	(91,0)	(88,9)	2,1
Resultado de intermediação líquido	159,4	157,7	(1,7)
Receita de serviços	92,3	96,5	4,3
Despesas administrativas	(168,9)	(173,6)	(4,7)
Demais resultados operacionais	(20,4)	(21,1)	(0,7)
Resultados não operacionais e itens extraordinários	6,4	11,0	4,6
IR e CSLL	(9,1)	(9,9)	(0,8)
Lucro líquido	59,6	60,6	1,0
Patrimônio líquido médio	427,9	435,6	7,7

Gráfico 2.4.1 – Lucro líquido e RSPL anual

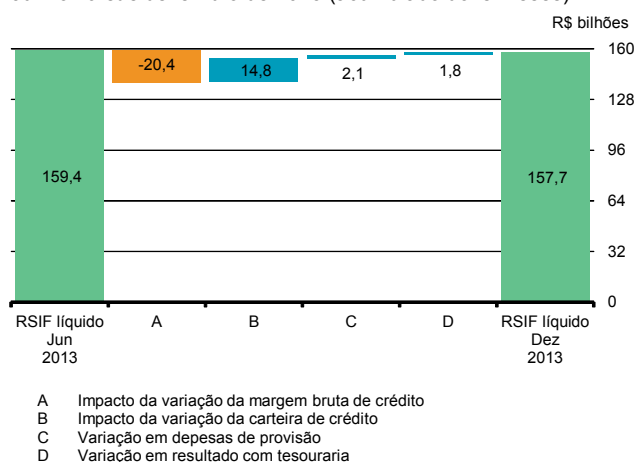


A adoção, pelos bancos de maior porte, do pronunciamento contábil nº 33⁵¹ do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e a redução no valor de mercado de títulos classificados na carteira disponível para venda⁵² contribuíram para um crescimento do PL de apenas 1,8% entre junho e dezembro de 2013, percentual bastante inferior ao observado em períodos anteriores.

O LL, por sua vez, foi favorecido pelo menor volume de provisões, pelo incremento na receita de serviços, pela contenção de despesas administrativas e por eventos não recorrentes, entre os quais se destaca a adesão de bancos e seguradoras ao Refis, que proporcionou aproximadamente R\$4,5 bilhões em receitas com reversão de provisões fiscais nas demonstrações de resultado. O efeito positivo desses eventos compensou a queda de R\$1,7 bilhão no resultado de intermediação financeira (RSIF) líquido.

O recuo do RSIF líquido está fortemente associado à retração do resultado com crédito. O crescimento da carteira de crédito e a diminuição significativa nas despesas com provisão foram insuficientes para compensar a queda da margem bruta no último semestre de 2013. Ademais, o leve aumento do resultado com tesouraria também não contribuiu de forma relevante para reverter essa queda (gráfico 2.4.2).

Gráfico 2.4.2 – Decomposição da variação do resultado de intermediação financeira
Junho versus dezembro de 2013 (acumulado doze meses)



51/ De forma resumida, o CPC 33 excluiu a possibilidade de utilizar o “método do corredor” – permissão para que os ganhos e perdas atuariais até um limite de 10% do valor presente da obrigação de benefício definido ou de 10% do valor justo dos ativos do plano, dos dois o maior, pudessem ser apropriados ao resultado pelo tempo médio remanescente de vida laborativa dos empregados participantes do plano. A partir da adoção do novo pronunciamento, ganhos e perdas atuariais passam a ser reconhecidos integralmente na data das demonstrações contábeis, tendo como contrapartida o PL.

52/ Conforme a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, o ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na carteira disponível para venda devem ser registrados no PL.

Conforme esperado, em razão dos aumentos na meta Selic, iniciados em abril de 2013, inverteu-se a trajetória de queda do custo de captação anual. Além disso, embora as instituições tenham elevado as taxas de juros nas concessões no fim do período (vide gráfico 2.3.4), ainda não houve reflexos positivos na rentabilidade bruta da carteira de crédito, que recuou entre junho e dezembro de 2013, levando a um aperto maior nas margens brutas. Esse comportamento foi muito similar em bancos públicos comerciais e privados (gráficos 2.4.3 e 2.4.4).

Gráfico 2.4.3 – Rentabilidade da carteira de crédito e custo de captação, por controle
Acumulado nos últimos doze meses

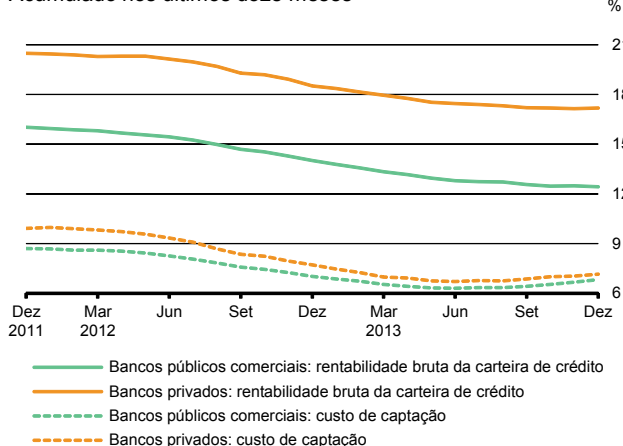
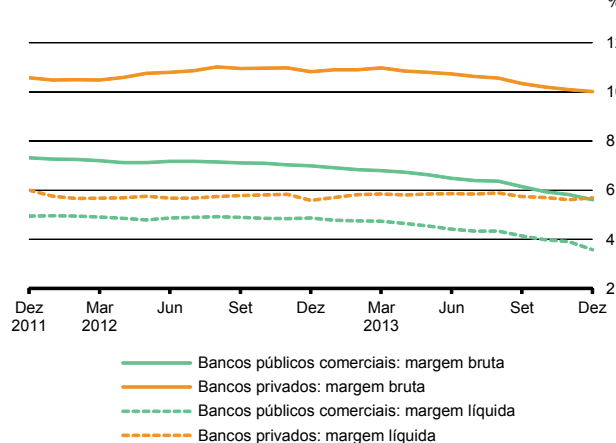


Gráfico 2.4.4 – Margem de crédito bruta e líquida de provisões, por controle
Acumulado nos últimos doze meses

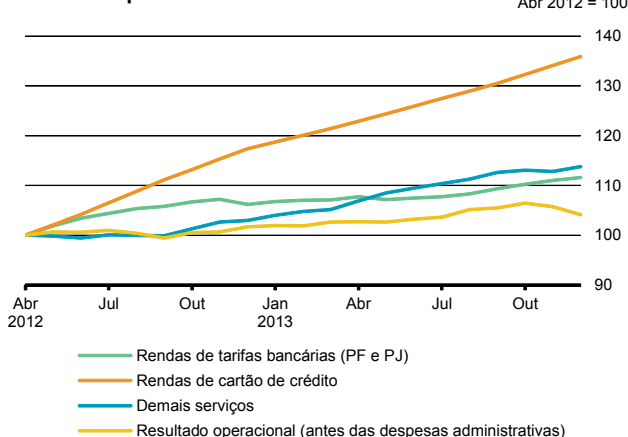


Não obstante, o comportamento na margem líquida foi distinto entre os tipos de controle. Com alteração no *mix* de suas carteiras e redução de inadimplência, os bancos privados mantiveram a margem líquida de crédito praticamente estável desde 2012, com leve redução a partir de setembro de 2013. Nos bancos públicos comerciais, por outro lado, houve declínio mais significativo da margem líquida. Até o princípio do segundo semestre de 2013, o efeito desse recuo sobre o resultado estava sendo

contrabalançado pelo aumento no volume da carteira de crédito. Ressalta-se que, desde o início do movimento de redução de taxas de juros nas operações de crédito, o sistema bancário não experimentava elevação no custo de captação. Esse aumento deve acentuar-se no início de 2014, pressionando ainda mais as margens no curto prazo.

A dificuldade em ampliar o resultado de intermediação financeira tem resultado em aumento da relevância de outros segmentos de negócio para manter a rentabilidade dos bancos. Nesse sentido, as operações relacionadas a cartões, que contribuíram para 18,3% das receitas de serviços em 2013, são as que apresentaram maior expansão. Enquanto as demais receitas de serviços avançaram 13,8% entre abril de 2012, quando se iniciou o movimento de redução de taxas de concessão, e dezembro de 2013, as receitas com cartões ampliaram-se em 35,9%, nesse mesmo período (gráfico 2.4.5). Entre essas receitas, destacam-se a tarifa de intercâmbio e as tarifas cobradas dos portadores de cartões, como anuidades e multa por atraso no pagamento⁵³.

Gráfico 2.4.5 – Receitas de serviços e resultado operacional



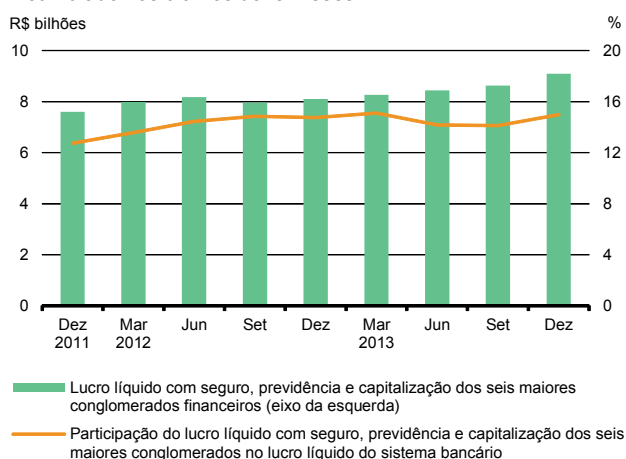
Outro segmento importante é o de operações de seguros, previdência e capitalização, que, via equivalência patrimonial⁵⁴, contribuiu com R\$9,1 bilhões ou 15,0% do LL do sistema bancário em 2013. Essa participação tem aumentado gradativamente ao longo dos últimos anos. O recuo em junho de 2013 deve-se ao efeito dos ganhos extraordinários com a alienação do BB Seguridade, que aumentaram em R\$4,7 bilhões o LL do sistema bancário (gráfico 2.4.6).

53/ As receitas com serviços de empresas credenciadoras não foram incluídas nessa análise.

54/ Para a análise do REF, considerou-se o resultado com seguro, previdência e capitalização dos seis maiores bancos – Banco do Brasil (BB), Itaú, Bradesco, Caixa Econômica Federal (CEF), Santander e HSBC – obtido nas demonstrações contábeis publicadas.

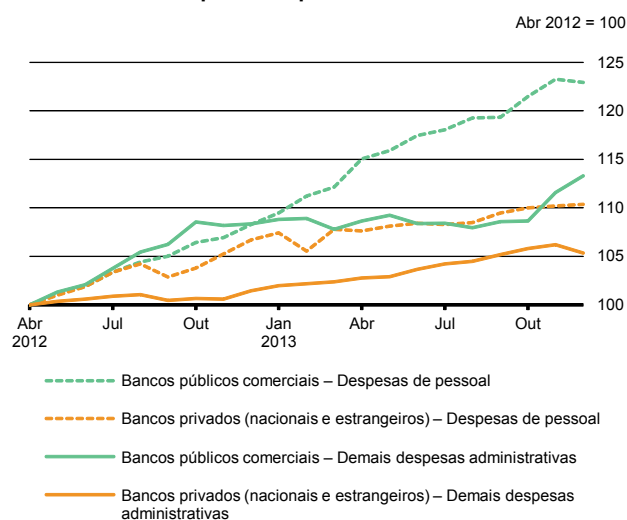
Gráfico 2.4.6 – Resultado com seguro, previdência e capitalização

Acumulado nos últimos doze meses



Além do avanço em serviços e em seguros, previdência e capitalização, as instituições financeiras vêm buscando conter as despesas administrativas. Em relação aos custos com pessoal, basicamente os bancos privados têm atuado sobre essa variável, concomitantemente à redução do ritmo de concessões de crédito. Em relação às outras despesas administrativas, como comunicação, processamento de dados, propaganda e viagens, verifica-se esforço de contenção em todo o sistema bancário, porém, maior por parte dos bancos privados (gráfico 2.4.7).

Gráfico 2.4.7 – Despesas de pessoal e administrativas



Apesar do expressivo resultado em outros segmentos de negócio, a eficiência ajustada ao risco⁵⁵ ficou pressionada

55/ A eficiência operacional ajustada ao risco é calculada tendo como numerador as despesas administrativas e, como denominador, o somatório de: resultado de intermediação financeira líquido de provisões; receitas de serviços; resultado de participações societárias; resultado de arrendamento mercantil operacional; e outras receitas e despesas operacionais. As receitas geradas com a reversão de provisões relacionadas ao Refis não foram consideradas como resultado operacional e, portanto, não integraram o índice de eficiência. Quanto maior o índice, pior é a eficiência.

em ambos os tipos de controle, e de forma mais acentuada nos bancos públicos comerciais (gráfico 2.4.8). O pior desempenho desses bancos deve-se principalmente a dois fatores: margem líquida de crédito (gráfico 2.4.4) e despesas de pessoal (gráfico 2.4.7). Do lado da margem líquida, conforme já destacado, os bancos públicos têm tido mais dificuldade em contrabalançar a perda de margem líquida com aumento no volume. As despesas de pessoal, por sua vez, representam aproximadamente 60% das despesas administrativas dos bancos públicos, bem mais que os cerca de 45% das dos bancos privados. Com mais flexibilidade para adequar despesas às suas estratégias, esses últimos têm se sobressaído no controle dessas despesas.

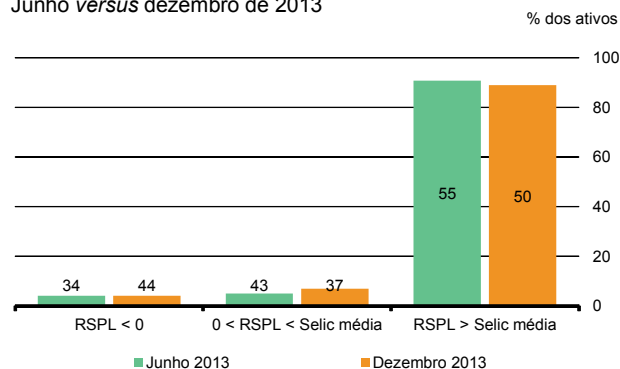
Gráfico 2.4.8 – Índice de eficiência ajustado ao risco

Acumulado nos últimos doze meses



Considerando-se as instituições individualmente, ressalta-se que desde dezembro de 2011 tem havido aumento contínuo no número de IF com prejuízo no resultado acumulado em doze meses. Esse número saltou de 26 para 34 e 43, respectivamente, em dezembro de 2011, de 2012 e de 2013. Apesar desse aumento, essas instituições continuam representando apenas 4,1% dos ativos do sistema, tanto em junho quanto em dezembro de 2013 (gráfico 2.4.9).

Gráfico 2.4.9 – Distribuição de frequência para o RSPL anual ponderado pelos ativos^{1/}
Junho versus dezembro de 2013



1/ Os valores dentro das barras referem-se ao número de IFs com RSPL anual pertencente àquele intervalo.

Em síntese, a rentabilidade no segundo semestre de 2013 esteve pressionada pela retração no resultado de intermediação financeira, em razão do desempenho do crédito. Os avanços nas receitas de serviços, no resultado com seguros, previdência e capitalização e a contenção de despesas administrativas foram insuficientes para compensar tal perda, piorando o indicador de eficiência. Apesar de menos eficiente, o sistema bancário manteve o RSPL estável, favorecido por resultados positivos em operações não recorrentes e pelo avanço do PL abaixo de sua média histórica. Para o próximo semestre, ganhos de eficiência e rentabilidade dependerão de expansão no crédito, mas as IFs enfrentarão um período de margem pressionada por aumento mais forte no custo de captação.

2.5 Solvência

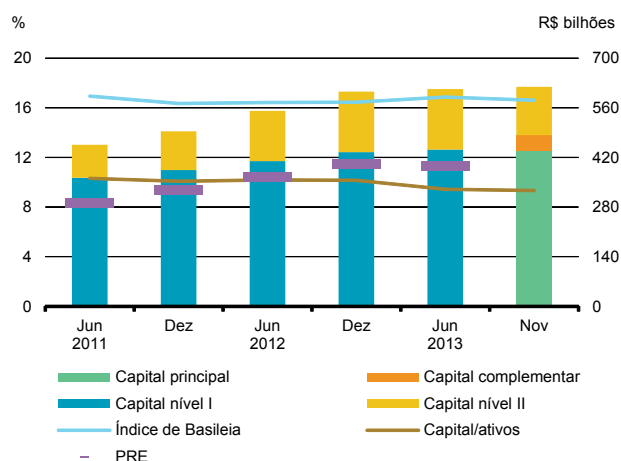
A solvência do sistema bancário permanece em patamar elevado, apresentando estabilidade ao longo do segundo semestre de 2013.⁵⁶ Em outubro, entraram em vigor as normas conhecidas como Basileia III, que adaptam o arcabouço regulatório nacional às recomendações mais rígidas do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, resultantes dos riscos identificados na crise financeira internacional de 2007/2008. As mudanças, que objetivam reduzir a probabilidade e a severidade de eventuais crises bancárias e seus potenciais reflexos sobre a economia real, são progressivas e seus efeitos serão integrais em 2019, em linha com o cronograma internacionalmente acordado. O arcabouço regulamentar brasileiro foi avaliado pelo BIS, que concluiu, em dezembro de 2013, pela plena aderência aos padrões internacionais⁵⁷.

Nesse cenário, o Índice de Basileia (IB) atingiu 16,6%, nível bem acima do mínimo regulatório de 11%, que, aliado à elevação no ritmo de crescimento do Patrimônio de Referência (PR), ao alto nível da relação capital próprio sobre ativos, e à leve redução no fator de ponderação de risco médio (FPR-m), reflexo da

alteração na composição dos ativos, levam à conclusão de que a solidez do sistema continua confortável⁵⁸.

Em novembro de 2013, o PR do sistema bancário atingiu R\$618,9 bilhões (gráfico 2.5.1), crescimento de R\$13,3 bilhões em relação a junho de 2013, todo ele no capital nível I. O capital nível II apresentou redução, influenciada pela migração de instrumentos de dívida para nível I (gráfico 2.5.3), em especial nos bancos públicos comerciais, e pela limitação normativa no reconhecimento de instrumentos de capital emitidos até 31 de dezembro de 2012. Vale destacar que o valor do capital principal está bem acima do mínimo requerido e inclusive supera o requerimento de capital total, que poderia ser parcialmente atendido com outros tipos de capitais de menor qualidade (capital complementar e nível II)⁵⁹.

Gráfico 2.5.1 – PR, PRE e Índice de Basileia



56/ As análises desta seção se baseiam em dados de julho a novembro de 2013, em função do calendário para envio das informações, definido pela Circular nº 3.686 de 29 de novembro de 2013.

57/ A implementação das recomendações do Comitê da Basileia de Supervisão Bancária foram objeto do *Regulatory Consistency Assessment Programme* (RCAP), tendo o Brasil recebido a classificação final *Compliant*, o nível mais alto da escala de avaliação. Para mais informações, ver boxe “Resultado do RCAP”, bem como o relatório do BIS, disponível em <https://www.bis.org/bcbs/implementation/12_br.pdf>.

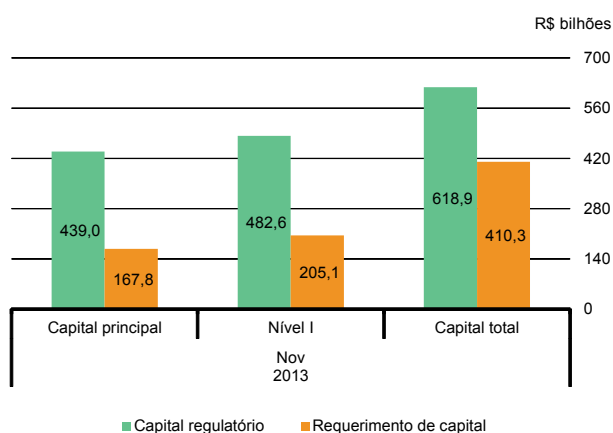
58/ No primeiro semestre de 2013, o PR cresceu R\$6,6 bilhões, e de julho a novembro, R\$13,3 bilhões. O FPR-m das parcelas genuinamente de crédito (operações de crédito, arrendamento mercantil, compromisso de crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela instituição, garantias prestadas, avais, fianças e coobrigações, adiantamentos, créditos a liberar, títulos de empresas financeiras e não financeiras e outros direitos com características de operações de crédito) apresentou leve redução no segundo semestre de 2013, passando de 81,1% para 80,8% de junho para novembro de 2013.

59/ A Resolução nº 3.444, de 28 de fevereiro de 2007, restringia participação dos IHCD reconhecidos a até 15% do capital nível I, com o excedente registrado como nível II. A Resolução nº 4.192, de 1º de março de 2013, passou a reconhecer todo o IHCD como nível I, caso atenda a determinadas exigências. Além disso, os instrumentos de dívida reconhecidos como capital, emitidos até 31 de dezembro de 2012 e que não atendam aos requerimentos estabelecidos nesse normativo, estão sujeitos à limitação progressiva do valor reconhecido até 2022 ou redução do valor de acordo com o prazo até o vencimento, o que for menor. Em outubro de 2013, esse limitador passou a ser de 90%, percentual que cairá 10 p.p. por ano.

Como decorrência do arcabouço de Basileia III, foram instituídos três tipos de capital regulatório divididos em dois níveis:⁶⁰ o nível I, composto por capital principal, constituído basicamente pelos recursos aportados pelos acionistas e pelas reservas, e por capital complementar, constituído por instrumentos perpétuos de dívida emitidos com características específicas; e o nível II, composto por instrumentos de dívida com data de vencimento não inferior a cinco anos e menor nível de subordinação que os instrumentos de capital complementar.

Concomitantemente, conforme a Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013, foram criados três diferentes requerimentos mínimos⁶¹ de capital, vigorando atualmente os seguintes percentuais: 4,5% dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para o requerimento de capital principal; 5,5% do RWA para o requerimento de capital nível I; e 11,0% do RWA para o requerimento de patrimônio de referência. Observa-se elevada capitalização do SFN quando se compara aos três requerimentos mínimos de capital regulatório (gráfico 2.5.2).

Gráfico 2.5.2 – Capital regulatório e requerimento de capital



Em relação à variação do PR, observou-se, assim como no primeiro semestre de 2013, a retenção de lucros (colunas A e B do gráfico 2.5.4) de R\$14,4 bilhões, se destacando como a maior responsável pela elevação do PR, e verificou-se novamente ajuste negativo nos valores de títulos e valores mobiliários (TVM) disponíveis para

60/ O capital principal é o recurso de melhor qualidade e o primeiro a sofrer perdas na hipótese de prejuízo da instituição financeira. Caso os índices de capitalização da IF caiam abaixo de determinados níveis ou certas condições forem verificadas, os demais tipos de capital podem ser extintos ou convertidos em capital principal, de forma que estariam sujeitos a perda durante a existência da instituição.

61/ Os valores dos requerimentos mínimos convergem para o padrão internacional conforme o cronograma estabelecido pela Resolução nº 4.193, de 2013.

venda (R\$2,9 bilhões), influenciado pela elevação da taxa de juros. Com as novas exigências⁶² sobre os instrumentos de dívida reconhecidos como capital, observou-se reduzido número de emissões, o que, aliado à limitação nos valores reconhecidos dos títulos emitidos até 31 de dezembro de 2012, levou à redução de R\$0,7 bilhão no estoque desses instrumentos.

Gráfico 2.5.3 – Participação dos tipos de capital

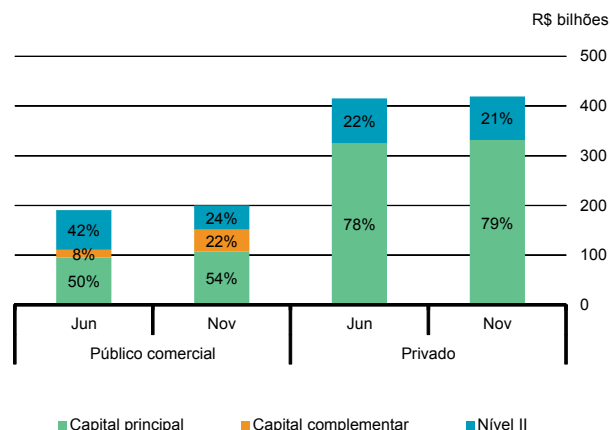
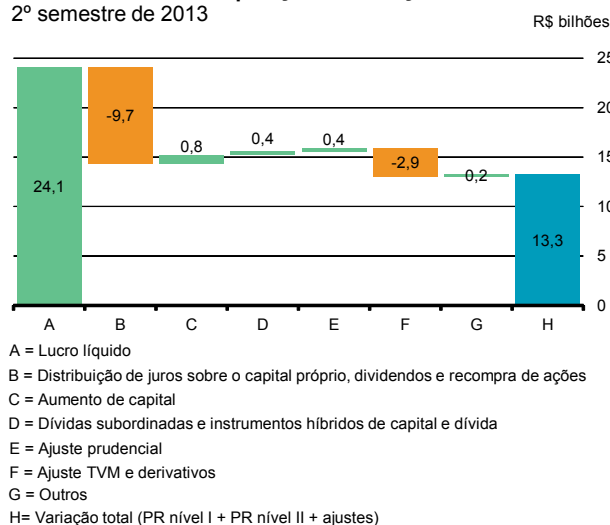


Gráfico 2.5.4 – Decomposição da variação do PR 2º semestre de 2013



Além disso, as novas regras introduzidas por Basileia III elevam os requerimentos quanto à quantidade e à qualidade do capital regulatório. Um item de fundamental importância foi a introdução de ajustes prudenciais, os quais eliminam do capital elementos da estrutura patrimonial que não se mostram aptos a suportar perdas. Esses valores totalizam R\$109,5 bilhões e serão deduzidos gradualmente até 2018, conforme cronograma estabelecido na Resolução nº 4.192, de 2013. Em outubro de 2013, essas deduções somaram R\$9,0 bilhões. Mesmo

62/ Instrumentos emitidos após 31 de dezembro de 2012, para serem reconhecidos como capital, deverão conter a possibilidade de extinção ou conversão em ações caso determinadas condições sejam presenciadas.

aplicando-se os ajustes em sua plenitude, e considerando-se o requerimento de capital que vigorará em 2019, o qual inclui a exigência de adicional de capital principal de 2,5% do RWA.⁶³ o sistema manter-se-ia enquadrado (tabela 2.5.1 e gráfico 2.5.5).

Tabela 2.5.1 – Índices de capitalização

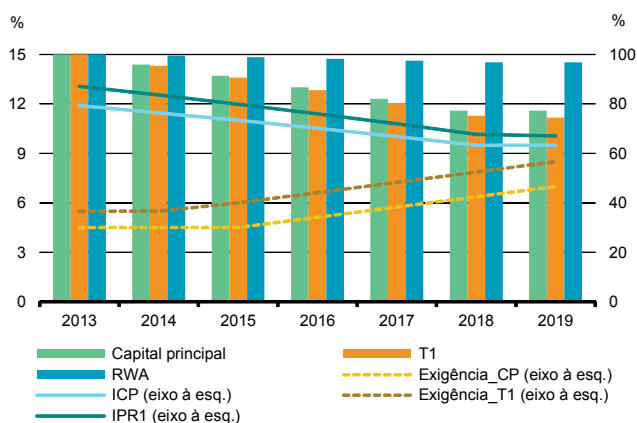
2º semestre de 2013

Exigência regulatória ^{1/} 2019	Tipo de capital	Projeção do sistema ^{2/}
7,0%	Capital principal / RWA	9,5%
8,5%	Capital nível I / RWA	10,1%
10,5%	Capital total / RWA	11,1%

1/ A exigência prevista inclui 2,5% do RWA para o adicional de capital principal.

2/ Considerando-se ajustes prudenciais plenamente efetivos.

Gráfico 2.5.5 – Projeção dos agregados^{1/} e dos índices de capitalização



O exame dos bancos segregados por controle, público comercial e privado, demonstra que os últimos são mais afetados pelos ajustes prudenciais progressivos. No entanto, como apresentam atualmente maior folga de capitalização, chegariam ao final do período nessa simulação em condição mais confortável que os bancos públicos.

Analisando individualmente os bancos, apresenta-se a simulação da aplicação imediata da regulamentação que entrará em vigor em 2019. O resultado sugere que a maioria das instituições do SFN estaria apta a cumprir a regulamentação estabelecida (gráfico 2.5.7). O conjunto das instituições com deficiência de capital principal não teria grande dificuldade de ajustes, considerando-se o prazo para adaptação e a necessidade de R\$10,1 bilhões em recursos adicionais, equivalente a 59,0% do lucro

63/ A Resolução nº 4.193, de 2013, estabelece a exigência de um adicional variável de capital principal. Sua exigência começará a partir de 2016, com valores entre 0,625% e 1,25% dos RWA crescendo progressivamente até o intervalo entre 2,5% e 5% do RWA em 2019.

líquido dessas instituições no período de doze meses terminado em outubro de 2013.

Gráfico 2.5.6 – Margem de capital principal sobre RWA

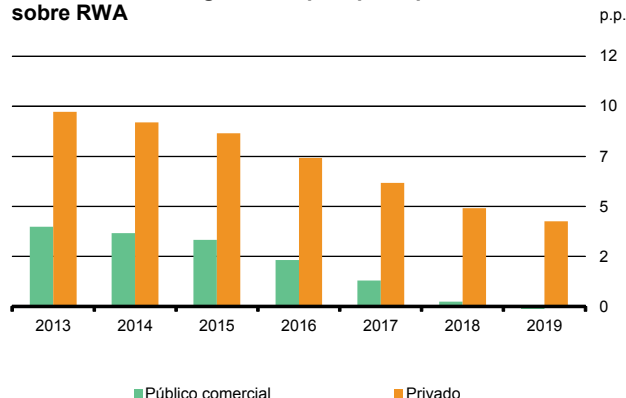
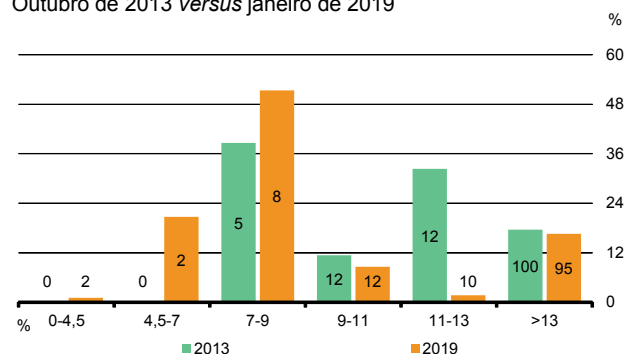


Gráfico 2.5.7 – Distribuição de frequência para o índice de capital principal ponderado pelos ativos^{1/}
Outubro de 2013 versus janeiro de 2019



1/ Os valores dentro das barras referem-se ao número de IFs com índice de capital pertencente àquele intervalo.

Em relação ao RWA do sistema bancário, constatou-se elevação de R\$3.590,2 bilhões em junho de 2013 para R\$3.730,0 bilhões (tabela 2.5.2) em novembro. O crescimento de 6,0% do RWA referente às exposições ao risco de crédito (RWA_{CPAD}) foi influenciado por compromissos de crédito, títulos e valores mobiliários, consignado e financiamento imobiliário.

Já o RWA referente às exposições sujeitas ao risco de mercado apresentou retração de 24,4% entre junho e novembro de 2013, reduzindo sua participação no total do RWA. No consolidado do SFN, houve diminuição do prazo médio ponderado (*duration*) da exposição a juros prefixados e a cupom de índice de preços, o que, aliado à diminuição da volatilidade, resultou em redução do requerimento de capital, quando comparado ao semestre anterior.

Como consequência das alterações no *mix* da carteira de crédito, algumas linhas ganharam participação no RWA. Apesar do maior crescimento da carteira de crédito

imobiliário, esses financiamentos, por apresentarem fatores de ponderação de risco menores, registraram leve aumento na participação, de 5,4% para 5,5% do RWA, enquanto o crédito consignado aumentou sua participação de 4,2% para 4,4%.

Tabela 2.5.2 – Evolução do RWA

	R\$ bilhões			
	2013			
	Jun		Nov	
	Valor	%	Valor	%
RWA	3.590,2	100,0	3.730,3	100,0
Risco de crédito	3.153,8	87,8	3.345,8	89,7
Financiamento imobiliário	192,3	5,4	205,0	5,5
Crédito consignado	151,3	4,2	164,3	4,4
Veículos	154,2	4,3	156,0	4,2
Operações de varejo	201,6	5,6	209,7	5,6
Demais operações de crédito	973,0	27,1	1.043,8	28,0
Aplicações interfinanceiras de liquidez	133,5	3,7	94,0	2,5
TVM e derivativos	257,4	7,2	287,6	7,7
Garantias, avais, fianças e coobrigações prestadas	250,5	7,0	260,2	7,0
Créditos tributários	179,9	5,0	192,7	5,2
Compromisso de crédito não cancelável incondicional e unilateralmente	133,0	3,7	162,5	4,4
Permanente	185,8	5,2	194,1	5,2
Demais exposições	341,5	9,5	375,9	10,1
Risco de mercado	245,9	6,8	185,8	5,0
Risco operacional	190,5	5,3	198,7	5,3

Concluindo, a solvência do sistema bancário continua elevada, mesmo diante de regras mais rígidas, tendo apresentado estabilidade ao longo do segundo semestre de 2013, apoiada pela retomada do crescimento do capital, manutenção da relação capital/ativos e leve redução no FPR-m.

Projeta-se, no médio prazo, continuidade da melhora na qualidade do capital regulatório, considerando-se que a retenção de lucros tende a ser a principal responsável pela evolução do capital regulatório em um cenário de redução do crescimento dos instrumentos de dívida elegíveis a capital.

2.6 Testes de estresse de capital

Os testes de estresse de capital têm o objetivo de avaliar o impacto potencial de alterações extremas e adversas nas variáveis econômicas e financeiras sobre os balanços das instituições do sistema bancário. Considerando-se que um

único modelo não é capaz de mensurar os diferentes riscos a que o sistema bancário está exposto, foram desenvolvidas abordagens complementares para avaliar a resistência das instituições financeiras. Entre as abordagens apresentadas, destacam-se as análises de cenário e de sensibilidade.⁶⁴

Embora os efeitos não sejam lineares para todas as instituições e algumas apresentem limites operacionais inadequados como resultado das simulações, o sistema bancário brasileiro apresenta adequada capacidade de suportar tanto os efeitos de choques decorrentes de cenários adversos por seis trimestres consecutivos, quanto mudanças abruptas nas taxas de juros, de câmbio ou na inadimplência.

2.6.1 Análise de cenário – Testes de estresse nas condições macroeconômicas

As análises de cenário avaliam o impacto na inadimplência e, consequentemente, no nível de provisões e nos índices de capitalização das IFs, decorrentes de cenário de deterioração econômica. São utilizadas duas abordagens. A primeira pressupõe um cenário *ad hoc* no qual as classificações de risco de todas as operações de crédito dadas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, são rebaixadas em dois níveis, sem hipótese sobre as causas desse rebaixamento.

A segunda baseia-se em modelo estatístico que relaciona cenários macroeconômicos ao risco de crédito da carteira de empréstimos e financiamentos das IFs. Essa análise contempla quatro cenários para um horizonte de tempo de seis trimestres consecutivos e projeta a inadimplência a partir desses cenários. Todos eles são caracterizados pelo comportamento do produto e das taxas de juros, de câmbio e de inflação, além de choques externos medidos pelo prêmio de risco Brasil e pelos juros americanos.

O cenário-base⁶⁵ representa as expectativas do mercado. O pior cenário histórico simula a repetição do comportamento das variáveis macroeconômicas em janelas de dezoito meses desde julho de 1998. É escolhido o cenário que projeta a inadimplência mais alta. O cenário VAR a 5% simula o pior caso para cada variável macroeconômica independentemente e projeta

64/ Para detalhes sobre a metodologia dos testes de estresse, ver anexo “Conceitos e Metodologias – Estresse de capital”.

65/ Cenário obtido das expectativas de mercado para as principais variáveis da economia (Fonte: Relatório de mercado – Focus).

as demais variáveis macroeconômicas com base nas relações obtidas por meio do modelo VAR. Novamente, é escolhida, entre as simulações de cada série, aquela que projeta a maior inadimplência. O cenário de quebra estrutural simula os valores mais desfavoráveis para as variáveis macroeconômicas simultaneamente, desprezando as relações do modelo VAR. A tabela 2.6.1 compara o conjunto de cenários utilizados na projeção das inadimplências mostradas no gráfico 2.6.1.

Ao simular a inadimplência para os cenários macroeconômicos que refletem as expectativas de mercado, o pior cenário histórico ou o cenário VAR a 5%, conclui-se que as provisões constituídas em novembro de 2013 seriam suficientes para absorver perdas com a inadimplência projetada até maio de 2015.

Na simulação do cenário de quebra estrutural, a inadimplência superaria levemente as provisões constituídas em 0,1 p.p., atingindo um pico de 5,3% no final do período de avaliação.

A inadimplência somente superaria significativamente as provisões constituídas no cenário *ad hoc*, com o rebaixamento de dois níveis na classificação das carteiras de crédito. Nesse caso, a diferença seria de 6,0 p.p., com uma inadimplência projetada de 11,2%.

Em nenhum dos cenários de inadimplência simulados, haveria insuficiência de capital no sistema para atender aos requisitos regulamentares. A projeção dos índices de capital no cenário de quebra estrutural, simulação que resultaria na maior inadimplência projetada, é mostrada no gráfico 2.6.2.

Gráfico 2.6.1 – Estresse macroeconômico

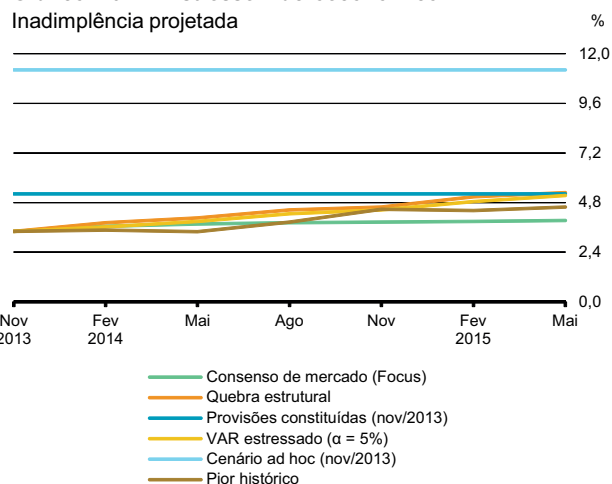


Gráfico 2.6.2 – Estresse macroeconômico

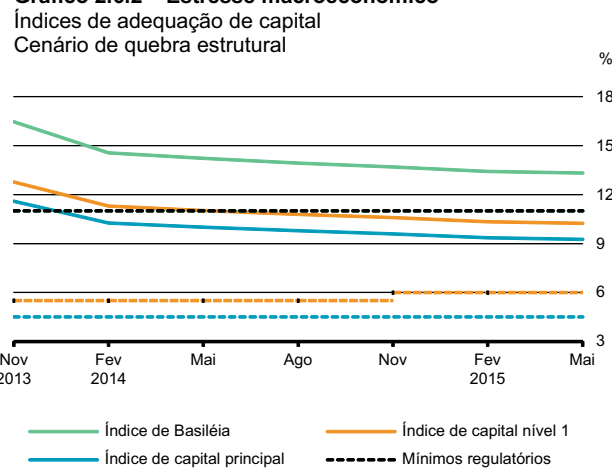


Tabela 2.6.1 – Cenários de estresse macroeconômico (maio de 2015)

Cenários	Nov/2013	Cenário base ^{1/}	Adversos		
			Modelo VAR ($\alpha = 5\%$)	Quebra estrutural	Pior histórico ^{2/}
Produto					
(IBC-Br)	2,4%	1,9%	-2,0%	-2,0%	-3,1%
Juros					
(Selic)	9,2%	11,9%	20,3%	27,7%	7,5%
Câmbio					
(R\$/US\$)	2,25	2,49	3,26	4,11	2,44
Inflação					
(IPCA)	5,5%	5,8%	3,0%	5,0%	3,5%
Prêmio de risco					
(EMBI+Br)	234	234	743	743	259
Juros americanos					
(<i>Treasury</i> 10 anos)	2,7%	2,7%	5,7%	5,7%	2,5%

1/ As variáveis obtidas da pesquisa Focus são a previsão para o PIB, a Selic, o câmbio e a inflação. As demais variáveis são mantidas constantes por todo o período de projeção.

2/ Período iniciado em maio de 2008.

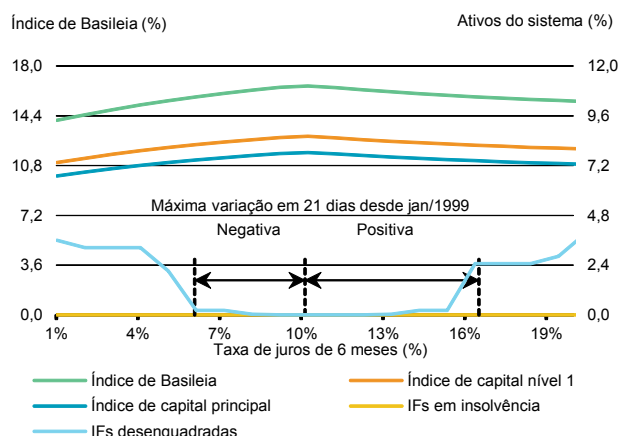
2.6.2 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade consiste na aplicação de variações incrementais nas taxas de juros, de câmbio e na inadimplência, e na mensuração do efeito isolado das variações de cada uma dessas variáveis sobre o PL e os IBs das instituições financeiras, mantendo-se os demais fatores de risco inalterados.

Utilizando como referência a maior variação positiva, para a taxa de juros de seis meses, verificada em uma janela móvel de 21 dias úteis desde 1999, a análise de sensibilidade⁶⁶ revela que oito instituições financeiras ficariam desenquadradas (2,5% dos ativos do sistema) caso as taxas de juros aumentassem para 16,5% a.a. (gráfico 2.6.3). Na direção oposta, utilizando como referência a maior variação negativa verificada desde 1999, se os juros se reduzissem a 6,0% a.a., cinco instituições financeiras apresentariam desenquadramento (0,2% do sistema). Em todas as situações examinadas, nenhuma instituição financeira ficaria insolvente.

Gráfico 2.6.3 – Análise de sensibilidade

Risco de taxa de juros

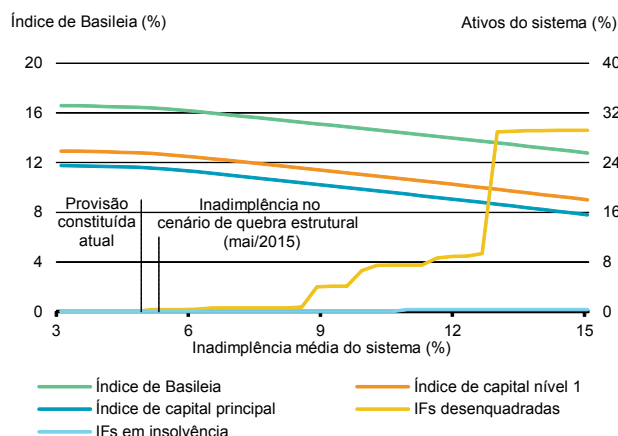


A análise de sensibilidade à taxa de câmbio mostra que nenhuma instituição financeira ficaria desenquadrada e/ou insolvente para valores da taxa de câmbio entre 0,23 e 4,65.

O resultado da análise de sensibilidade ao risco de crédito⁶⁷ indica que somente a partir de 13,0% de inadimplência, a representatividade das instituições desenquadradas seria elevada a 28,9% dos ativos do

sistema, com o desenquadramento de uma instituição de grande porte. Quanto à insolência, seria necessário que a inadimplência alcançasse 6,2% para que uma instituição que representa 0,02% dos ativos do sistema ficasse com seu capital principal (CP) negativo. Na situação mais extrema de 15,3% de inadimplência, seis instituições ficariam insolventes, representando 0,3% dos ativos do sistema (gráfico 2.6.4).

Gráfico 2.6.4 – Análise de sensibilidade
Risco de crédito



Demonstrando sua elevada capacidade para suportar situações adversas, os índices de capitalização do sistema se mantêm sempre acima dos mínimos regulamentares em todas as análises de sensibilidade.

66/ Os choques aplicados levam as taxas de juros e de câmbio a até 10% do seu valor original no cenário de queda e a até 200% do seu valor original no cenário de elevação.

67/ Os choques incrementais elevam a inadimplência a até 4,5 vezes do seu valor percentual original.

Análise de Sensibilidade do Sistema Financeiro Nacional a Variações Negativas dos Preços de Imóveis Residenciais

Tendo em vista a relevância que a oscilação do preço dos imóveis tem para a estabilidade financeira e com o objetivo de medir o impacto direto que uma diminuição nos preços de imóveis residenciais representaria para o Sistema Financeiro Nacional (SFN), o Banco Central do Brasil (BCB) desenvolveu um teste de estresse que estima os efeitos desse impacto no capital e em sua exigência para as instituições bancárias. Dessa maneira, são avaliados os efeitos da inadimplência de financiamentos imobiliários decorrente de quedas nos valores das garantias sobre os índices de capital do sistema. Alternativamente, tal análise permite verificar qual seria a desvalorização dos imóveis necessária para desenquadrar o sistema¹.

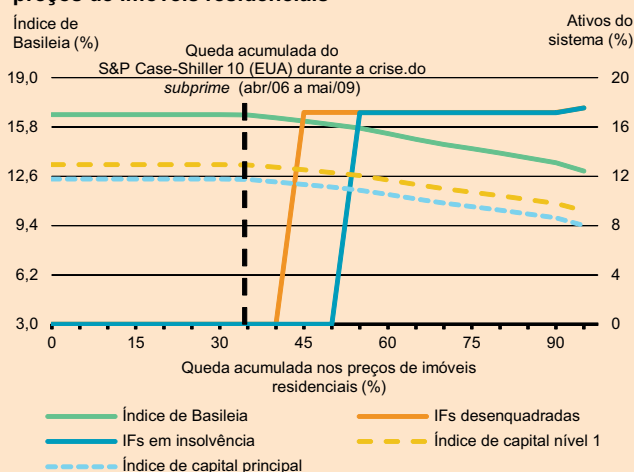
Os valores das dívidas de financiamento habitacional e dos respectivos imóveis residenciais vinculados como garantia por meio de alienação fiduciária tiveram como fonte o Sistema de Informações de Crédito (SCR). A avaliação inicial de cada imóvel foi atualizada pelo Índice de Valores IVG-R – Índice de Valores de Garantia de Imóveis Residenciais.² A proporção entre a dívida em aberto e o valor presente da garantia constitui o *loan-to-value* (LTV) atualizado de cada operação.

O teste consiste em simular quedas crescentes em intervalos de 5% no valor das garantias e verificar o novo LTV de cada operação. Os financiamentos nos quais o novo valor do imóvel representa menos de 90%³ da dívida serão considerados como inadimplentes.

Apesar de, em tempos de normalidade, o valor da venda do imóvel cobrir quase totalmente o valor do empréstimo inadimplente, considera-se que, nesse exercício de estresse, o valor recuperado pelo banco após venda em leilão do imóvel equivale a 70% do preço da residência após a atualização pelo IVG-R e a respectiva queda.

O impacto sofrido pelos bancos constitui-se da diferença entre o valor da dívida e o montante considerado como recuperado. A transmissão desse impacto para os índices de capital e os critérios de desenquadramento e insolvência seguem a mesma metodologia da análise de sensibilidade para o risco de crédito da sessão 2.6.2.⁴

Gráfico 1 – Sensibilidade do SFN a quedas nos preços de imóveis residenciais



O gráfico 1 apresenta os resultados da análise de sensibilidade a quedas nos preços de imóveis residenciais. Observa-se que o desenquadramento de algum banco só aconteceria com um decréscimo de 45% nos preços, enquanto uma queda de 55% seria necessária para levar um banco à insolvência. Ambos os choques são maiores do que a queda acumulada,

1/ Técnica conhecida como teste de estresse reverso.

2/ Disponível no Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS), sob o código 21340. Para detalhes da metodologia, ver o box “Evolução dos valores de imóveis residenciais no Brasil” do Relatório de Estabilidade Financeira de março de 2013.

3/ A relação entre o montante da dívida em aberto e o valor do imóvel que lhe serve de garantia, conhecida como *loan-to-value ratio* (LTV), consiste em importante incentivo para o mutuário continuar o pagamento das parcelas, tendo em vista que para os financiamentos imobiliários com alienação fiduciária, nos termos da Lei nº 9.514, a dívida é extinta quando da venda em leilão do imóvel.

4/ Para detalhes sobre a metodologia dos testes de estresse, ver anexo “Conceitos e Metodologias – Estresse de capital”.

ocorrida em um período de três anos, entre os valores máximo e mínimo dos imóveis residenciais nos Estados Unidos da América durante a recente crise do *subprime*, de 33%. Além disso, o SFN como um todo não ficaria desenquadrado mesmo em casos extremos de desvalorização.

Dessa forma, conclui-se que o SFN é resistente ao impacto direto causado por grandes oscilações nos preços dos imóveis residenciais. Entre os fatores que ajudam a explicar essa resistência, estão o LTV médio de concessão em níveis seguros; o sistema de amortização constante (SAC) utilizado, que promove uma redução mais rápida do saldo devedor que outros sistemas conhecidos (por exemplo, Price); a constituição de provisões superiores ao mínimo regulamentar; e a capitalização do sistema em níveis elevados.